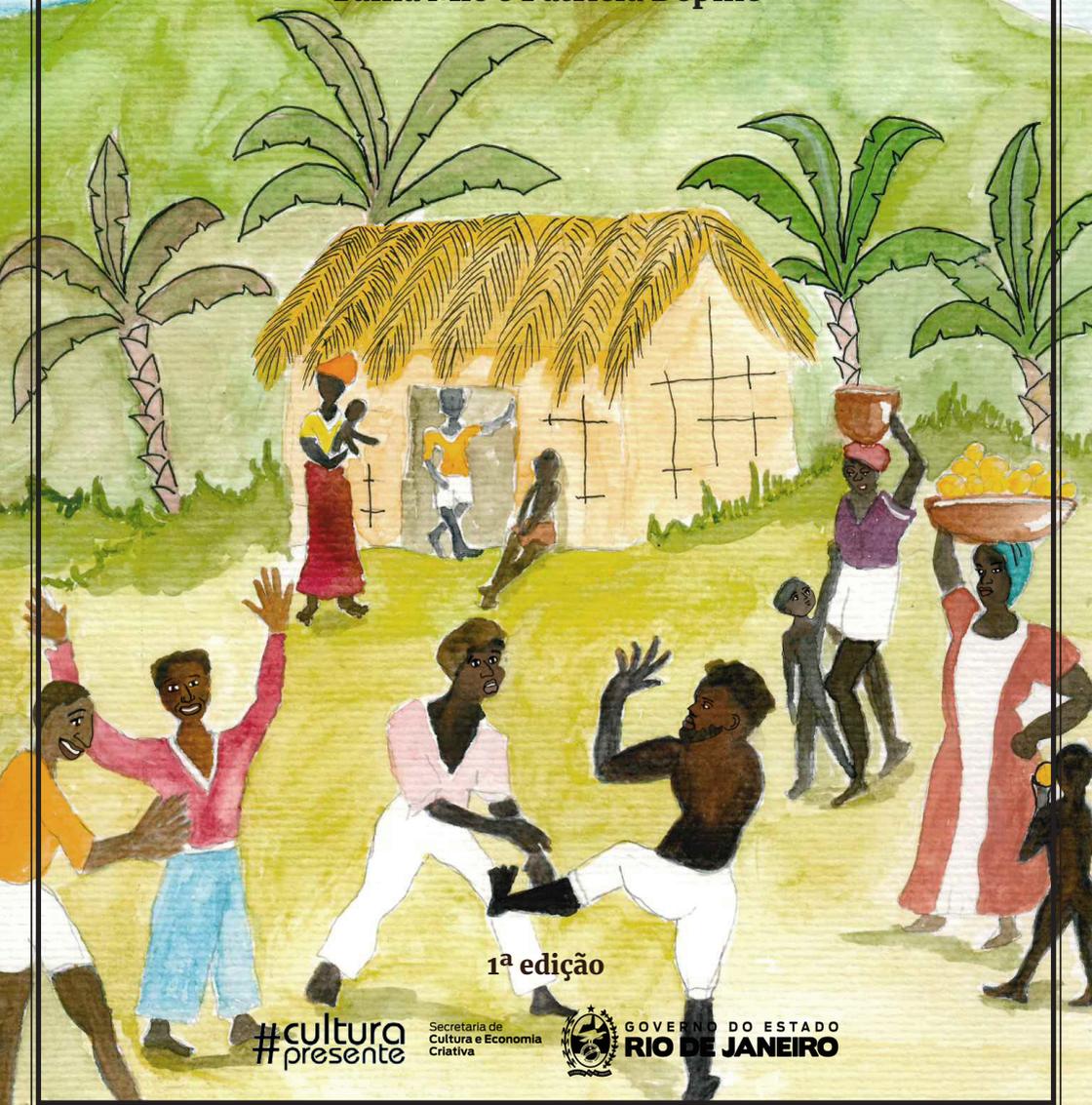


1822

O ANO DA INDEPENDÊNCIA NO VALE DO RIO SÃO JOÃO

Taina Mie e Patrícia Depiné



1ª edição

#cultura
#presente

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**1822:
O ANO DA INDEPENDÊNCIA
no Vale do Rio São João**

1ª edição
Silva Jardim, 2023

**Taina Mie
Patrícia Depiné**

#cultura
presente

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



Des. d'ap. nat. par Rugendas

Lith. de Engelmann, rue du faub. ⁹ Montmartre N. 6, à Paris.

Deroi del.

DEFRICHIEMENT D'UNE FORÊT

Iconografia 1 - DEROY, Laurent. Defrichement d'une forêt. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav. pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_176.jpg. Acesso em: 12 fev. 2023.



ELICONIA

Iconografia 2- MOTTE, Charles Étienne Pierre. **Eliconia**. Paris [França]: Firmin Didot Frères, [1834]. 1 grav, litografia, col, 32,3 x 21,3cm em 30,6 x 19,7. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393052/icon393052_086.jpg

**1822:
O ANO DA INDEPENDÊNCIA
no Vale do Rio São João**

1^a edição

Taina Mie

Historiadora e Mestre em Ciências Ambientais
com foco em Ecoturismo e Conservação.

Patrícia Depiné

Arqueóloga, produtora cultural e educadora para
Memória e Patrimônio.

Ilustradora

Manuela Giácomo

Prefaciador

Antonio Soares Castor

Realização

Semente Livre e Permacostura

Silva Jardim, 2023

Licença CC BY: permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito às autoras.

Realização

Semente Livre e Permacostura

Pesquisadora e Coordenadora do Projeto

Patrícia Depiné

Pesquisadora

Taina Mie Seto Soares

Ilustradora

Manuela Giácomo

Designer gráfico

Camila Vianna

Edição de vídeo

Fábio Figueiredo Mesquita

Captação áudio e vídeo

Julia Botafogo

Produtora executiva

Luciane de Menezes Leal

Assistente de produção

Tadzia de Oliva Maya

Revisão de conteúdo

Jeanne Cordeiro

Assessora de imprensa

Silvana Cardoso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mie, Taina

1822 [livro eletrônico] : o ano da independência

Vale do Rio São João - RJ / Taina Mie, Patrícia Depiné. -- 1. ed.

-- Rio de Janeiro : Ed das Autoras, 2023.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-00-65030-3

1. História do Brasil 2. Imigração - Brasil - História
3. Imigração alemã - Brasil - História 4. Imigração suíça - Brasil - História
5. Povos indígenas 6. Quilombolas - Brasil
I. Depiné, Patrícia. II. Título

23-148876

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981



#cultura presente

Secretaria de Cultura e Economia Criativa



CABOCLE, (INDIEN CIVILISÉ).

Iconografia 3- MOTTE, Charles Étienne Pierre. *Cabocle, (Indien Civilisé)*. Paris [França]: Firmin Didot Frères, [1834]. 1 grav, litografia, col, 24,5 x 34,6cm em 23,1 x 33,1. Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=14535. Acesso em: 12 fev. 2023.

Carta Corographica e Administrativa da Provincia do Rio de Janeiro e do Municipio Neutro

S. JOÃO. CAPIVARI. BONITO. SAQUAREMA. E ESTRELLA

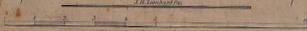
E O CANAL QUASI ACABADO DE CAMPOS A MACAHÉ

Publicação corrigida e consideravelmente augmentada

por J. DE VILLIERS DE L'ILE ADAM

GRANDE ALPHABETICO IMPERIAL DE V. LARÉ

RIO DE JANEIRO



Mapa de 10 Leguas de 30 na Fm

SIGNES

- Capitaes de Comarcas.
- Cidades.
- Villas.
- Provenças.
- Povoações.
- Sitios e Parochias.
- Canaes
- Canaes provisores
- Estradas
- Locaes de Povoações
- Comarcas
- Municipios

ALPHABETICO IMPERIAL DE V. LARÉ
SEÇÃO DE MAPAS
2.053/6147



DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

As Cidades, Villas, Provenças, Comarcas, alios Colegios. Acompreha as municipalidades e parte de dezoito do

COMARCA DE S. JERONIMO. Cidades: Villa de S. Jeronimo, S. Antonio, S. Sebastião, S. Pedro de Alcantara, S. João de

COMARCA DE S. JOÃO DE PARESI. Cidades: S. João de Paresi, S. Antonio de Paresi, S. Pedro de Paresi, S. Joazeiro de Paresi,

COMARCA DE S. ESTRELLA. Cidades: S. Estrella, S. Antonio de Estrella, S. Pedro de Estrella, S. Joazeiro de Estrella,

COMARCA DE S. SAQUAREMA. Cidades: S. Saquarema, S. Antonio de Saquarema, S. Pedro de Saquarema, S. Joazeiro de Saquarema,

COMARCA DE S. CAPIVARI. Cidades: S. Capivari, S. Antonio de Capivari, S. Pedro de Capivari, S. Joazeiro de Capivari,

COMARCA DE S. BONITO. Cidades: S. Bonito, S. Antonio de Bonito, S. Pedro de Bonito, S. Joazeiro de Bonito,

COMARCA DE S. JOÃO DE CAMPOS. Cidades: S. João de Campos, S. Antonio de Campos, S. Pedro de Campos, S. Joazeiro de Campos,

COMARCA DE S. MACAHÉ. Cidades: S. Macahé, S. Antonio de Macahé, S. Pedro de Macahé, S. Joazeiro de Macahé,

Carta 1 - ADAM, J. de Villiers de L'Île. Carta corographica e administrativa da provincia de Rio de Janeiro e do municipio neutro: erigida segundo os melhores mapas publicados ate agora: apresentando pela primeira vez os novos municipios S. João, Capivari, Bonito, Saquarema, e Estrella, as Freguesias que foram criadas pela assembleia legislativa e o canal quasi acabado de Campos a Macahé. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de V. Laré, 1848. 1 mapa, 74 x 100 cm.

AOS MANES DOS VENERANDOS PAULISTAS
PROMULGAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
PELA PROVÍNCIA DE S. PAULO



Premio aos srs. assignantes pelo primeiro semestre do POLICINELLO, Abril a Outubro de 1870

Dedicatória

Dedicado à todas as guardiãs e aos guardiões das memórias e histórias da região do Vale do Rio São João, no Estado do Rio de Janeiro, na figura de Seu Marquinhos Tostes, Zeca Tostes, Seu Jair, Aliandro “Miudinho” Oliveira, Seu Enéas Cardoso (*in memoriam*), Seu Alvino, Dona Nair, Dona Rutter (*in memoriam*), Ricardo (*in memoriam*), Seu Mário “Manduca” (*in memoriam*), Dona Dalva, Seu Leco (*in memoriam*), Honorair Schuller (*in memoriam*), Dona Lena, Seu Chico Pombo (*in memoriam*), Milton Machado Alves (*in memoriam*), e tantos outros bons de prosa.

Suas histórias vivem em nós.

Prólogo

Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

História para Ninar Gente Grande
(Estação Primeira de Mangueira, 2019)



Agradecimentos



VALLÉE DA SIERRA DO MAR (CHAÎNE DE MONTAGNES PRÈS DE LA MER .

Agradecemos a todos os que colaboraram com a publicação dessa obra, nossas famílias, amigos, profissionais envolvidos, acervos que pesquisamos e, principalmente, aos contadores de histórias e mestres do saber tradicional que generosamente compartilharam conosco seus ensinamentos. Sem eles nada teria acontecido.

Lista de Ilustrações

Desenhos

Desenho 1	Indígenas de Ipuca com Serra Grande ao fundo	48
Desenho 2	Descimentos - Indígenas e padres Capuchinhos	53
Desenho 3	Quilombolas de Casimiro de Abreu	56, capa
Desenho 5	Família de Suíços e Alemães	62
Desenho 6	Tropeiros dos sertões do Macacu	76

Iconografias

Iconografia 1	Defrichement d'une forêt	3
Iconografia 2	Eliconia	4
Iconografia 3	Cabocle (Indien Civilisé)	7
Iconografia 4	Aos manes venerandos paulistas	10
Iconografia 5	Rencontre d'Indiens avec des voyageurs Européens	12
Iconografia 6	Vallee da Serra do Mar	14
Iconografia 7	Famille de planteurs	26
Iconografia 8	Puri	32
Iconografia 9	Coroatos / Coropos	32
Iconografia 10	Colonie Suisse de Cantagallo	72
Iconografia 11	Esclaves nègres, de différentes nations	78
Iconografia 12	Nègres ao tronco	81
Iconografia 13	Blanchisseuses à Rio Janeiro	86
Iconografia 14	Serra das Orguas	98

Cartas

Carta 1	Carta corographica e administrativa da província de Rio de Janeiro e do município neutro	8
Carta 2	Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro	46

Mapas

Mapa 1	Estado do Rio de Janeiro	20
Mapa 2	Mapa da APA da Bacia do rio São João / Mico-Leão-Dourado	36

Plantas

Planta 1	Planta da Provincia do Rio de Janeiro: Dezenhada por Laurianno Jozé Martins Penha	40
-----------------	---	----

Fotografias

Fotografia 1	Vista da Serra Grande a partir do Poço do Rola	18
---------------------	--	----

Imagens

Imagem 1	Decreto do estabelecimento de huma colonia de Suissos no Reino do Brazil	66
Imagem 2	Condições do estabelecimento de huma colonia de Suissos no Reino do Brazil	67
Imagem 3	Relação do Gado Necessário a cada Família Suissa	69
Imagem 4	Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura	90

Sumário

27

Introdução

33

Capítulo 1

1822: O Vale do Rio São João e os Sertões do Macacu

49

Capítulo 2

Povos originários

57

Capítulo 3

Quilombolas

63

Capítulo 4

A imigração suíça

74

Capítulo 5

A imigração alemã

79

Capítulo 6

A Diáspora Africana e a Luta pela Liberdade

Referências bibliográficas

Sobre as autoras



Prefácio

Para nossa surpresa, a narrativa do presente livro não inclui acontecimentos da Independência, na forma usual que costumam ser apresentados. A Corte do Rio de Janeiro não ganhou um capítulo, nem os fatos da política portuguesa da primeira metade do século XIX. O livro escrito a quatro mãos pela historiadora Taina Mie e a arqueóloga Patrícia Depiné, traz a perspectiva de Uma História Vista por Baixo, através da qual se desvendam personagens que emergem do povo. Dialogam com o momento presente e a vontade de reescrever a História do Brasil a partir do prisma daqueles que o construíram através de suas vidas cotidianas. O texto faz História Social do século XIX, nos vales do Rio São João RJ, Macacu RJ e Ipuca RJ. Fala dos índios Puri, Coropó, Coroados. Concentra-se na primeira migração não portuguesa ao Brasil, que foi de suíços e posteriormente de alemães. Conta como estes fundaram a primeira igreja não católica da América Latina, influenciando a primeira constituição do país, e a construção de um país com uma das maiores diversidades religiosas do mundo.

O livro descreve como padeceram esses imigrantes e como tiveram que combater quilombolas para ocuparem as terras a eles destinadas. Um conflito protagonizado por camponeses

nascidos nos cantões da Suíça e quilombolas arrancados dos mais diversos rincões de África. Demonstra como a Coroa habilmente colocou esses dois grupos étnicos para se enfrentar pela posse da terra. Fala da condição dos cativos africanos trazidos para as dominantes lavouras de café que se iniciavam no interior do Rio de Janeiro e do ouro do alto rio Macacu. Através da transcrição de fontes primárias, trazem à público nomes de escravizados que lutavam por sua liberdade através da negociação com seus patrões, contidos nas Cartas de Liberdade, documentos manuscritos referentes à Comarca de Capivary, atual Silva Jardim. Transladam documentos e relatos populares com dados pouco sabidos, conduzindo o leitor a uma interessante “viagem” historiográfica.

Dom Pedro de Alcântara, personagem colocado no centro das narrativas oficiais sobre o ano de 1822, pouco aparece. A conhecida estratégia de Dom João VI, que, antevendo a Independência, sugeriu a seu filho, segurar ele mesmo as rédeas do Poder, antes que “algum aventureiro o fizesse” também não é citada. E essa ausência pode ser percebida como uma crítica certa quanto aos objetos trabalhados pela historiografia convencional quando o tema é o ano de 1822. Outros personagens como José Bonifácio e fatos como Dona Leopoldina selecionando cores para a bandeira do Brasil independente, ficaram de fora. Fizeram bem, pois muito já foi dito sobre todos esses capítulos da história, é tempo de desvendar os vestígios daquelas mulheres e homens, que tiveram suas histórias apagadas e conquistar o direito à memória dos seus, também por parte das camadas populares. A pressão das cortes portuguesas, o dia do Fico, o descontentamento

popular brasileiro com o longo domínio lusitano, o grito do Ipiranga, sabemos que nada disso foi feito apenas pelas elites, sem brasileiros, não haveria Independência.

Entretanto, para uma maior compreensão sobre esse período, cabe ressaltar que certos políticos portugueses não consideravam o status do Estado Lusitano, onde o Brasil, Portugal e Algarve possuíam igualdade jurídica. Para estes, o Brasil deveria voltar à condição de colônia. Como era um Reino Unido, assim como hoje é a Inglaterra, os representantes parlamentares do Brasil foram ao parlamento na Santa Terrinha. Nunca houve parlamentares mais desconsiderados publicamente. Enfim, os lusitanos perderam o Brasil. Então deram-se conta da tremenda patuscada. Nas eleições seguintes o partido dominante perdeu o poder. A população brasileira era pequena nessa época, porém, com um milhão e meio de pessoas a mais do que na metrópole, o povo da Bahia, praticamente sozinho, fê-los embarcar de volta. Mas essa história é para um livro sobre o Recôncavo Bahiano em 1822 e suas gentes.

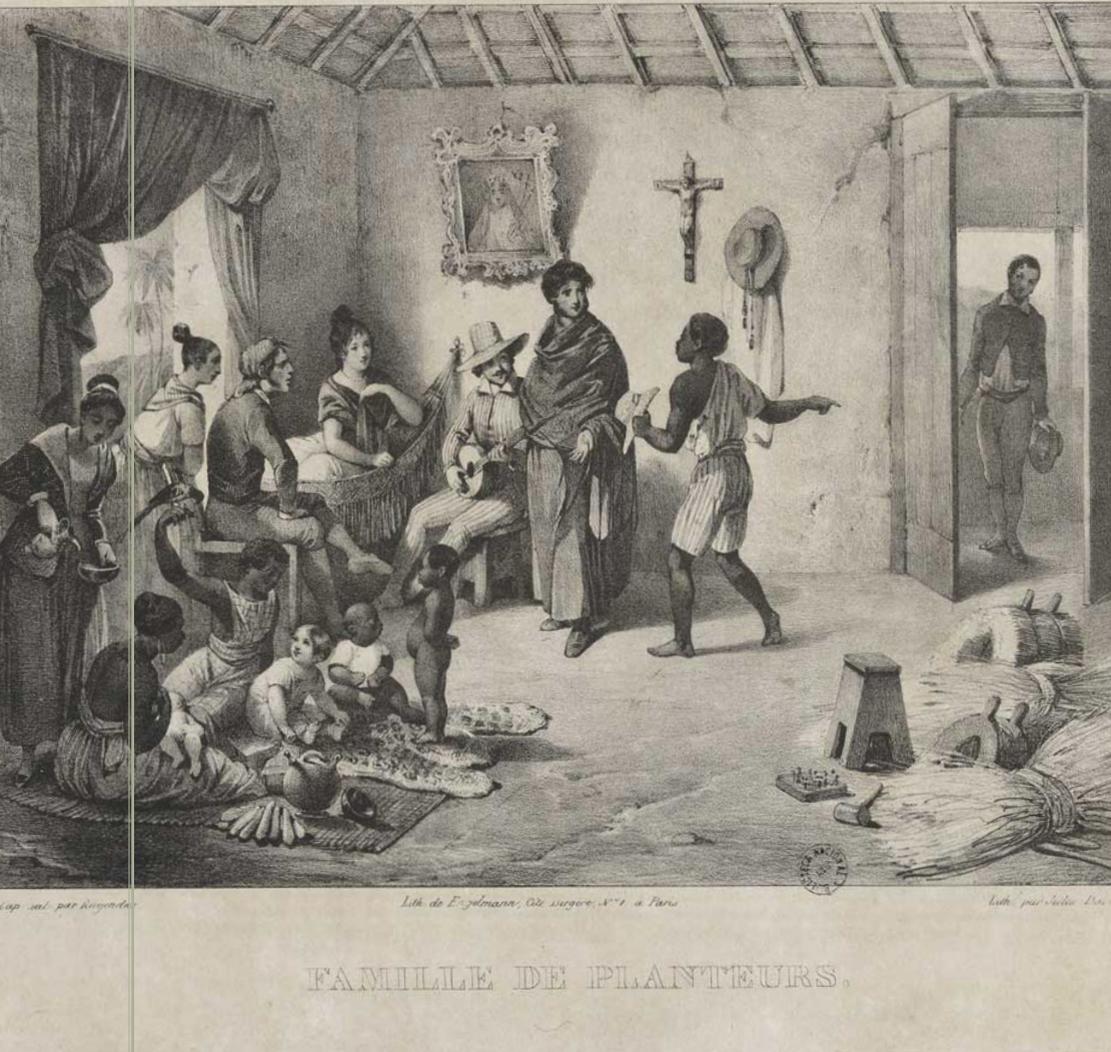
Sobre esse período, sou levado a ressaltar que a Junta Suprema Provisional do Porto, juntou-se com sua igual de Lisboa e livraram-se dos ingleses, impedindo o potentado inglês William Beresford de desembarcar na metrópole, quando ele retornava do Brasil. Em 1821 promulgaram uma constituição liberal em Portugal. Ordenaram e obtiveram a volta do rei D. João VI e sua corte. Esse fato impactou a vida de todos aqueles que moravam nas terras do Brasil. E se o rei acatou a ordem, por quê não lhes obedeceria o príncipe que ficara para trás?

Essa postura autoritária dos constituintes portugueses foi um erro grave. Sem conhecerem o príncipe, crescido no Rio de Janeiro e dono de um temperamento açodado, ordenaram que voltasse. Ele, jovem e acostumado a viver nos trópicos deveria abandonar a regência principesca, absoluta, em todo território e voltar ao reino, sem nada em troca! Mas cá estou eu contando histórias do herói emoldurado... É tempo de conhecermos as histórias de Firmina, Lucrecia e Ignez Crioula. Chegou o tempo das memórias que foram apagadas, serem desvendadas através de seus vestígios, ofício que a historiadora e a arqueóloga hora nos brindam com sua pesquisa. Vamos ao giro epistêmico!

Antônio Soares Castor
Escritor e sociólogo

Introdução

Div:



FAMILLE DE PLANTEURS.

Nenhum povo vive sem história. Tem a história da família, tem a história dos locais, tem a história das cidades, então tudo tem história. É o passado da gente. Se você não souber quem foi seu bisavô, quem foi seu avô, quem foi seu pai, como você vai saber quem aqui existe? (...) então você tem que ter história. História é isso. E tem que ter as pessoas que cuidam da História. (MARCOS TOSTES, comunicação pessoal).[1]

O livro “1822 - O Ano da Independência no Vale do Rio São João” trata da história de um lugar fascinante, cuja natureza enche os olhos e o coração de quem chega pela primeira vez, de tanta beleza. Esse lugar se chama Vale do Rio São João, localizado entre a Serra do Mar, onde nasce, e as Baixadas Litorâneas. Esse território, cortado pela BR 101 Norte, a caminho do interior do estado do Rio de Janeiro, é banhado pela bacia hidrográfica do rio São João e seus inúmeros rios, entre eles o próprio São João, o Aldeia Velha e o Quartéis, esses últimos localizados em Aldeia Velha, distrito de Silva Jardim/Casimiro de Abreu, vila que deu início a um ciclo de 11 anos de pesquisas da arqueóloga Patrícia Depiné e da historiadora Tainá Mie.

O livro nasceu do desejo de investigar a história dos sujeitos históricos que viveram nesse período e que, em geral, não são

[1] ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. Depoimentos. Youtube, min. 01:12, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vthWbszAPhQ>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

apresentados nas narrativas acerca desse momento histórico brasileiro. Para além dos grandes fatos políticos apresentados nos relatos oficiais, sejam eles o papel das elites urbanas, a influência da aristocracia rural, os membros da família real, entre outros tão conhecidos, a pergunta que provoca esse trabalho é: *“O que as mulheres e homens que viviam nesse período, em nossa região do vale do rio São João, estavam vivendo nesse momento?”*

Partindo da pesquisa em fontes primárias e na bibliografia disponível, o foco do trabalho foi investigar o que essas “gentes” representaram nesse momento. Como os acontecimentos do ano de 1822 e os processos iniciados em anos anteriores afetaram a vida dessas pessoas e como estas igualmente afetaram o processo histórico regional? Podemos, de antemão, afirmar que a história das pessoas dessa região é mais importante que das elites que para cá vieram, em busca de riquezas. A história dessas pessoas impactou diretamente a história do próprio país, tão perto estava da Corte do Rio de Janeiro, local que serviu de escritório para o processo de Independência.

Enquanto se davam as discussões que culminaram na Independência do país, acontecia na região dos Sertões a primeira migração não-portuguesa (colônia de Nova Friburgo) em território brasileiro; a fundação da primeira igreja não-católica, atestando a liberdade de profissão de fé proposta pela Constituição da Mandioca; a destruição dos quilombos existentes na região pelos colonos suíços, para a ocupação das terras concedidas por D. Pedro I; e a proibição, por lei,

do contato entre os indígenas habitantes dessas terras e os colonos suíços, o que favoreceu sua expulsão.

A escassez do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, praticamente foi o estopim para o desbravamento e a descoberta de novas jazidas nos Sertões do Macacu, o que acabou levando à produção de açúcar no Norte do Estado do RJ e à instalação de novos aldeamentos indígenas, coisa que já não era mais tão comum no século XVIII, mas que se mostrou uma ótima estratégia para incorporar os “sertões” aos grandes latifúndios da elite, da Igreja e da Coroa. Os indígenas, que acabaram perdendo sua função depois que estradas começam a ser abertas para chegar aos garimpos, dão lugar aos escravos e aos colonos estrangeiros, os quais, por sua vez, se tornam a força motriz para a nova e próspera atividade das elites coloniais, o café. E o vale do rio São João é peça chave nesse processo que ocorre em âmbito nacional.

A partir do viés que busca compreender a história a partir de um compromisso com os grupos tidos como subalternos, investigando a vida de homens e mulheres locais em suas trajetórias de vida, e buscando compreender qual foi a contribuição desses grupos sociais, o livro objetiva também trazer à luz a influência destes em todo o processo histórico regional.

Localmente, a história contada por parte dos moradores das localidades inseridas no Vale do rio São João se refere à uma interpretação das fontes bibliográficas secundárias, que situam a ocupação mais antiga no distrito de Aldeia Velha. Esse

povoado, tal como conhecemos hoje, é sucessor do núcleo de povoamento da Aldeia de Ipuca^[2], a qual foi posteriormente realocada para as margens do rio São João como Sacra Família de Ipuca e ainda mais tarde junto à foz deste mesmo rio, misturando-se à já então criada vila de Barra de São João.

Segundo um dos principais livros que trata do tema ^[3], a antiga Aldeia de Ipuca foi um dos 15 aldeamentos do Estado do RJ a darem origem à atuais cidades e sedes de municípios, tendo chegado ao século XIX “*conservando elementos da identidade tribal*”. Os autores relacionam a Aldeia da Sacra Família de Ipuca apenas a Casimiro de Abreu, porém, sabe-se que a aldeia teria dado origem, também, à Silva Jardim, Macaé e Rio Bonito, a partir de seu desmembramento e união à outras sesmarias.

Em tempos de disputa sobre a idéia de pátria e nação, que se percebe a partir do recorte do tema exigido pela Secretaria de Estado de Cultura do RJ no presente edital, pudemos avaliar que os discursos acerca dos 200 anos da Independência, comemorados no ano de 2022, reiteraram essa visão da história e da escolha dos temas da historiografia oficial como privilégio das elites. Fato esse consagrado com a exposição do coração de Dom Pedro I nas comemorações do Sete de Setembro deste ano, data na qual foi celebrado o Bicentenário da Independência.

A vinda do coração do monarca português ao Brasil, na ocasião

[2] O significado para a palavra tupi-guarani Ypuca é “buraco no igapó”, onde igapó seria um trecho de mata inundado, pantanoso, que ocorrem nas margens do rio Araguaia e região Amazônica. Provavelmente a palavra Ypuca, utilizada aqui na região Sudeste nessa época colonial, esteja relacionada às matas inundadas periodicamente no período das cheias do Rio São João.

[3] FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p. 10.

das comemorações do Bicentenário da Independência, reforça a narrativa da centralidade das elites no processo de separação do país de sua metrópole colonial, e despreza os inúmeros movimentos populares, sem os quais jamais tal independência teria acontecido. É em oposição à essa visão reducionista da história, no qual apenas parte dos grupos responsáveis pelo processo histórico são reconhecidos, que esse livro se propõe a contar um pedaço da história das gentes que, contemporâneas à Dom Pedro I, também viveram e também foram influenciadas pelos processos políticos de seu tempo, assim como o monarca.

Esperamos também colaborar com o estudo sobre essa região tão próxima à capital fluminense, mas muitas vezes tão distante do universo de pesquisa historiográfica de nosso Estado. Agradecemos a todos os que colaboraram para que o trabalho pudesse ser realizado.

Boa leitura.

Patrícia Depiné e Taina Mie

Capítulo 1

1822: O Vale do Rio São João e os Sertões do Macacu

O ano de 1822 começou agitado no Rio de Janeiro, então Capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A partir do dia 09 de Janeiro, conhecido como Dia do Fico, com as movimentações causadas pela proclamação do príncipe regente, Dom Pedro I, o cenário do país e, principalmente, do entorno da capital, era de ebulição.

A Corte, sediada no Rio de Janeiro, contava na época com 112.695 moradores. Salvador tinha cerca de 70 mil e Recife de 25 a 30 mil^[4]. Com a queda nas exportações da cana-de-açúcar, as exportações de café aumentaram e a província do Rio de Janeiro se tornou responsável pela maior parte dessa produção e, em menor quantidade, o norte de São Paulo. A expansão dos cafezais foi favorecida pelo cenário do mercado internacional - que entre o fim do século XVIII e o início do século XIX foi influenciado pela crise do café caribenho - e o aumento da demanda aquecida pelo início da Revolução Industrial.

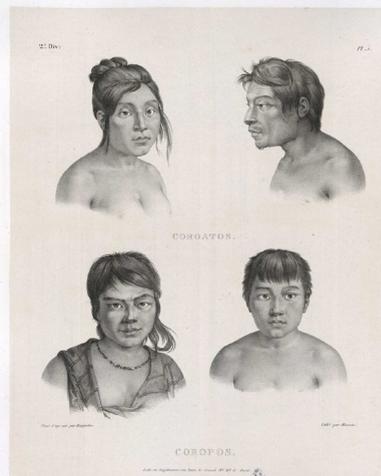
A mão de obra escravizada para a “região cafeeira” alcançou aproximadamente um total de 1,3 milhões de pessoas nesse

[4] ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. A economia brasileira no Império, 1822-1889. *Texto para discussão Econ PUC-Rio*, Nº. 584, 2010, p. 3.



Iconografia 8- MAURIN, Nicolas-Eustache. **Puri**. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_080.jpg. Acesso em: 12 fev. 2023.

Iconografia 9- MAURIN, Nicolas-Eustache. **Coroatos / Coropos**. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_081.jpg. Acesso em: 12 fev. 2023.



período. Por conta das negociações política e econômica necessárias para quitar o “preço da independência” com a Inglaterra, o Brasil se comprometeu a tornar o tráfico de escravos ilegal e a honrar os compromissos de Portugal quanto à tarifa de importação e ao tráfico de escravos. Apesar dessa pressão internacional, o Brasil foi o último país do continente americano a abolir oficialmente a escravidão.

Esses diferentes povos que vieram na diáspora africana se espalharam pelo país. Nas áreas urbanas trabalhavam como vendedores nas ruas, eram empregados nas casas, entre outras funções. Nas áreas rurais eram garimpeiros, vaqueiros, pescadores, capangas e camponeses. No período da primeira metade do século XIX, estavam na linha de frente de um dos maiores ciclos econômicos do país: o café.

Na memória dos antigos moradores, como Seu José Jair Teixeira Guimarães, do distrito rural de Aldeia Velha - vila do interior fluminense localizada onde no início do século XVIII estava a Aldeia de Ipuca - ainda se encontram ecos desse passado centenário:

A lavoura principal do povo aqui era o café. E cada agricultor fazia um contrato com um dono de armazém, cê sabe como é que era? Comprava de ano a ano. Eu tinha lavoura de café. Aí, por exemplo, eu ia no armazém do Seu Francisco. Eu ia comprar: feijão, arroz, carne, aquilo necessário de uma casa. Quando chegava o fim de ano, eu vendia o café e pagava a dívida, ficaria com o resto, aí dava pra comprar a tal da fazenda pra fazer o vestido das minhas filha... A vida era muito interessante.[5]

[5] ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. Vida na roça. **Youtube**, min. 03:45, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TNZrwbPX3j4&t=1288s>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

As lavouras de café na primeira metade do século XIX ocupavam extensas áreas da região do vale do rio São João, conhecido pela riqueza de suas árvores de madeira de lei e pela navegabilidade de seu rio principal, localizado a apenas 150 km da Corte, onde se desenrolaram todas as negociações em prol da independência da colônia. Conta a tradição oral que, nesse período, a qualidade desses produtos florestais era tão alta, que teriam sido utilizados para a construção do altar da Capela Sistina, no Vaticano. Jacarandás, perobas-rosa, ipês, espécies que se desenvolveram nesse território desde o início da formação da Mata Atlântica, há 50 milhões de anos.

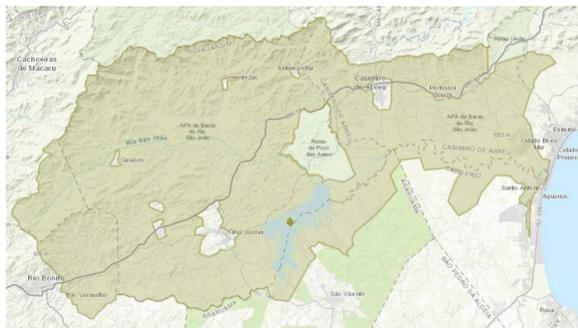
O rio São João, também chamado por Pizarro de São João de Ipuca^[6], foi o grande escoadouro fluminense do ouro proveniente das minas dos Sertões do Macacu, região localizada atrás da Serra dos Órgãos (serra do Mar), terra onde este rio nasce e de onde também saíram, muitos anos antes, os indígenas, colonos e tropeiros que vieram a povoar o território compreendido em sua bacia hidrográfica. O ouro saído das minas do Macacu descia as vertentes da serra através dos rios Macacu e Macaé, até chegar na baixada litorânea, de onde partia, pelo rio São João, até o oceano Atlântico. De lá para o porto do Rio de Janeiro com destino a Portugal. Um dos vestígios dessa época é o nome atual de um de seus afluentes: rio do Ouro.

O rio São João possui cerca de 120 km de extensão. Sua nascente

[6] PIZARRO E ARAUJO, J.S.A. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas a' Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Tomo V. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820b, p. 121.

fica próxima à APA de Macaé de Cima, nos limites entre os municípios de Silva Jardim, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu. Sempre foi uma importante fonte de abastecimento, tanto que na década de 70 a lagoa de Juturnaíba foi represada para fornecer água para as cidades da Região dos Lagos. Na mesma época parte de um trecho do rio São João foi retelinizada, logo após sua saída da represa de Juturnaíba, da qual é o afluente principal. Volta a serpentear e, meandrante, desemboca na praia de Santo Antônio, no Distrito de Barra de São João, cidade de Casimiro de Abreu, servindo de divisa entre este município e o de Cabo Frio.

Mapa da APA da Bacia do rio São João / Mico-Leão-Dourado



Mapa 2- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Mapa da APA da Bacia do rio São João / Mico-Leão-Dourado. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3202>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.[7]

Em seu relato de 1820, Monsenhor Pizarro dá ideia do tamanho do rio São João: “mais, ou menos de 25 legoas, desde as cabeceiras até o mar, onde faz barra, e de 15 à 20 braças na sua maior largura, com 12 à 20 palmos de fundo”.[8]

[7] INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. APA da Bacia do rio São João. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3202>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

[8] PIZARRO E ARAUJO, J.S.A. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas a' Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820a, p. 121.

O texto segue então, com a relação de rios e lagoas que deságuam no São João, tornando-o “volumoso”.

Principiando da parte do Norte, prestam-lhe tributo o riacho de S. Lourenço, o rio das Águas Claras, o dos Crubixaes, o das Bananeiras, o riacho Maratauan, o rio da Aldea Velha de Ipuca, (em que se introduz o da Capoeira) o da Lontra, e o Dourado. Da parte do Sul correm os riachos dos Gavioens, e do Ouro, as lagoas Fêa e Inhurnaiba, na qual se misturam os Rios Capivary, Bacachá, Camboropy e Gragohá.[9]

Até 1801 o rio São João estava inteiramente compreendido dentro da Aldeia da Sacra Família de Ipuca, que ia de Bacaxá até Macaé, e fazia parte da Comarca de Cabo Frio. Àquela época, o rio São João contava com “providencia semelhante à do Rio Macahé”, ou seja, uma Guarda mantida pela Fazenda Real, que defendia as passagens deste rio.

Localizada entre a Serra do Mar e o rio Paraíba do Sul, nossa região de estudo era cortada pelo rio Macacu que, como o São João, era navegável. Durante o chamado Brasil Colônia - que vai de 1530 a 1822 -, era também denominada “Sertões do Macacu”, região aurífera de exploração tardia na Capitania do Rio de Janeiro que se limitava a Sul pelo rio Macacu, a Norte pelo rio Paraíba do Sul, a Oeste pela Freguesia de Inhomirim (Magé) e a Leste pelos Campos dos Goytacazes e Macaé.[10]

Para compreendermos a importância desse vale e dessas gentes

[9] PIZARRO E ARAUJO, J.S.A. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas a' Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820a, p. 175-176.

[10] CARDOSO, V. M. Redes de abastecimento nos Sertões do Macacu século XVIII: tropas de muars, canoieiros, índios, mulatos e escravos. In: Encontro Internacional História & Parcerias, 2, 2019, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...] Rio de Janeiro: ANPUH RJ, 2019, p. 1. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570507880_ARQUIVO_1524acf56179625d7211bfod46f60308.pdf> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

que nele viviam, é preciso penetrar na história dos temidos “Sertões do Macacu” ou “Sertões dos Índios Brabos”^[11]. Os motivos? O rio São João nasce em Cachoeiras de Macacu, antiga Santo Antônio de Sá, localidade que dá nome ao território de onde saíram os grupos de indígenas que vieram a povoar as baixadas litorâneas de grande parte do Estado do RJ, e, posteriormente, os colonos suíços e alemães, os quais viriam a se juntar aos portugueses e negros lá presentes, completando o caldeirão cultural que se formava.

Por aproximação, hoje podemos inferir que essa região dialoga com o atual centro-norte fluminense, composto pelos municípios de Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes. Entretanto, é preciso salientar que as regiões atuais dos municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito e Itaboraí também faziam parte da zona de influência dos sertões do Macacu.

Amostras de ouro trazidas por um índio a Maurício José Portugal, morador das Cachoeiras de Macacu, faz com que ele pedisse licença ao governador do Rio de Janeiro, em 1763, para explorar os Sertões e sítios da Serra dos Órgãos. A junta do governo interino autoriza a exploração e o Conde da Cunha, primeiro vice-rei do Brasil, informa a Corte, em Lisboa, sobre

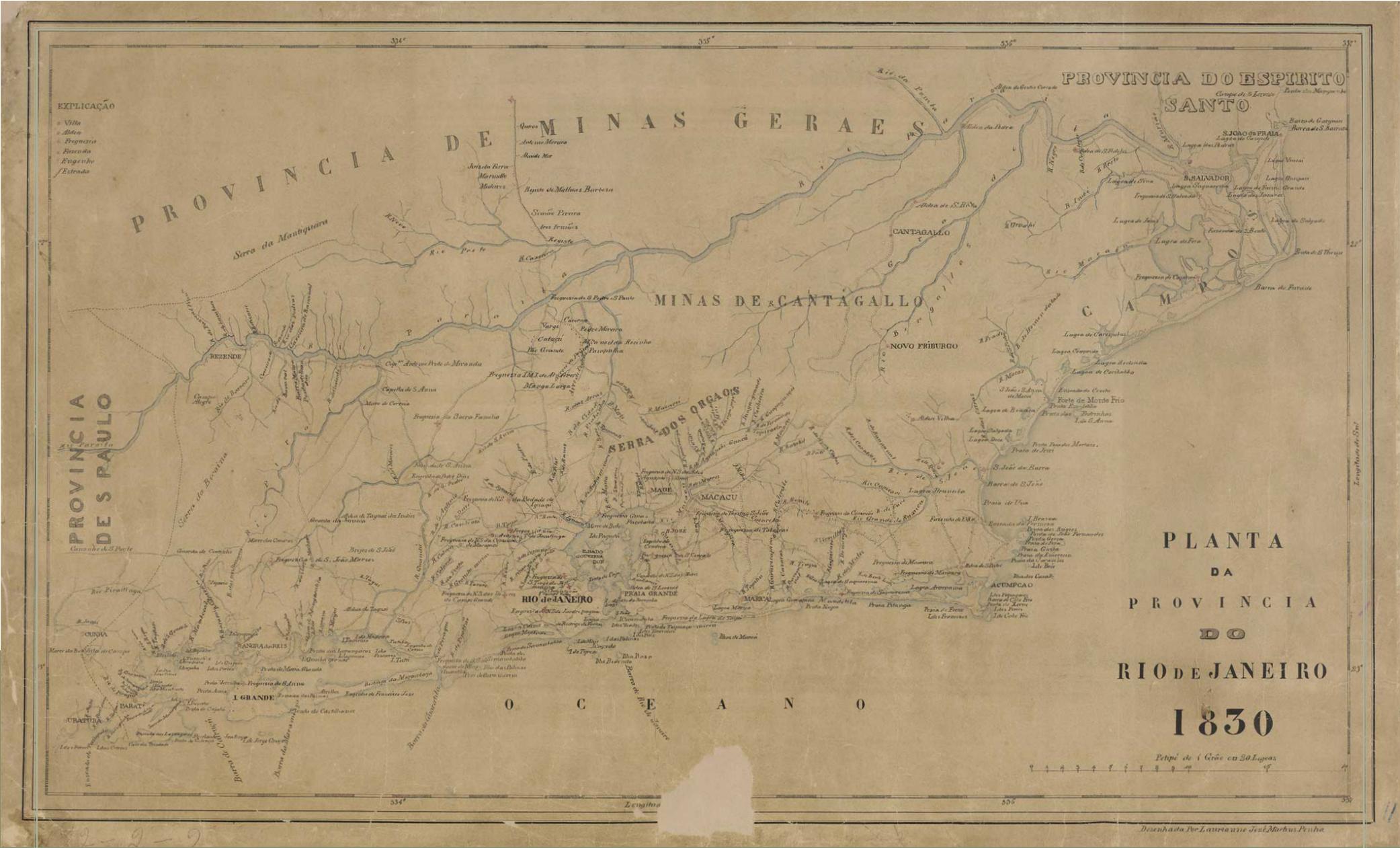
[11] Termo cunhado nas “Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde da Cunha Capitam General e Vice Rey do Estado do Brazil no anno de 1767”, publicadas neste mesmo ano. Os tais “índios brabos” eram as tribos Puri, Coroado e Coropó que habitavam a região na época.

a autorização. Surpreso com tal determinação, o rei manda interromper a atividade e todas as suas memórias. Conde da Cunha arrasa, então, todas as fazendas e ocupações que havia por aquelas bandas.

Em 1786, mais de 20 anos após a autorização para a mineração, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e o governador da capitania de Minas Gerais prenderam contrabandistas e ocuparam os Sertões do Macacu, processo que demandou o abastecimento das tropas reais, dando início a uma série de problemas.^[12]

Esses contrabandistas, como foram chamados tais moradores, foram durante muito tempo identificados de forma pejorativa pela historiografia. Entretanto, novas abordagens permitiram questionar se esse grupo disperso, formado por diferentes tipos como quilombolas, contrabandistas de ouro, pequenos agricultores, indígenas, tropeiros, entre outros - e que se opunha às lei da Coroa e ao jugo colonial -, na verdade buscava sobreviver, sem que para isso fosse necessário se submeter à violência das leis da metrópole. Uma das personagens centrais nessa discussão é o lendário Mão de Luva, contrabandista de ouro das Minas, que marcou a tradição oral da região, com suas histórias e causos.

[12] CARDOSO, V. M. Redes de abastecimento nos Sertões do Macacu século XVIII: tropas de muares, canoeiros, índios, mulatos e escravos. In: Encontro Internacional História & Parcerias, 2, 2019, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...] Rio de Janeiro: ANPUH RJ, 2019, p. 5. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570507880_ARQUIVO_1524acf56179625d7211bfod46f60308.pdf> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.



Planta 1- PENHA, Lauriano José Martins. Planta da Província do Rio de Janeiro: Dezenhada por Lauriano José Martins Penha. 1830. 1 mapa ms, col, 38 x 54,5cm em f. 41,5 x 67,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart533099/cart533099.jpg. Acesso em: 13 fev. 2023.

Dessa forma, é possível perceber, a partir da leitura de fontes secundárias, que o comércio e a extração do ouro na região perpassaram todos os grupos sociais. Para se ter uma ideia, até os jesuítas mantiveram garimpos clandestinos de ouro na região de Cantagalo, vindos de São Barnabé (Itaboraí), aldeamento fundado ainda no tempo de Antônio Salema. Tais garimpos eram, provavelmente, mantidos com a mão-de-obra indígena dos aldeamentos tardios.

É necessário salientar que os indígenas e contrabandistas da região trafegavam por trilhas, pois ainda não havia estradas por lá. No início da ocupação dos sertões pelo governo, quem carregava as cargas de alimento para as tropas militares, mineradores e agricultores que iam por lá se estabelecendo eram os escravos. Tal situação é descrita em carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei, datada de 12 de Julho de 1786, no início das ações de ocupação, na qual informa que solicitou ao capitão-mor da Vila de Macacu o envio de escravos com urgência para que chegasse logo ao “Canta Galo no Novo Descobrimento”.

Precisavam começar a poupar os escravos dos lavradores de Macacu e, para isso, cogitaram utilizar tropas de muares (mulas) para aumentar a carga de mantimentos. Como o caminho entre a barra do rio Macacu e a Vila de Macacu e, de lá até a Serra dos Órgãos, no Arraial de Cantagalo, era longo e os custos exorbitantes, resolveram utilizar canoas para o trânsito pelo rio Macacu até a Guarda da Cachoeira, ponto de controle localizado no início da serra. Deste ponto em diante, em mulas. Bem próxima a esta Guarda ficava a nascente do rio São João.

Um sem número de empecilhos surgem ao longo do trajeto: pagamento de indígenas empregados nas tarefas, possibilidade de lucro dos tropeiros em cima da Corte, pagamento das cargas transportadas e de tributos nos registros instalados nas estradas, riscos de perda da carga, alimentação das mulas na ida e na volta sem a cobrança de seu frete (não podiam guardar o milho no pouso das estradas, exceto na Vila de Macacu) ^[13]

A Freguesia de Cantagalo foi criada neste mesmo ano e o Distrito de Cantagalo em 1806, o qual foi elevado à categoria de vila no ano de 1814, sob o nome de São Pedro de Cantagalo, recebendo terras das antigas vilas de Santo Antônio de Sá e Campos.

Em 1830, epidemias constantes fizeram com que o núcleo da vila de Santo Antônio de Sá fosse transferido para a Freguesia de Santana de Macacu. A vila de São Pedro de Cantagalo virou cidade apenas em 1857, com o nome de Cantagalo. Em 1868, Santana de Macacu foi transformada em sede do município de Santo Antônio de Sá. Por fim, no ano de 1877, o município passou a ser chamado Santana de Macacu.

Sobre esse período e este território muitas pesquisas e discussões ainda necessitam ser feitas. Problematizar a forma como os grupos sociais regionais têm ainda hoje sua história contada, ou pior, invisibilizada, como é o caso da população negra em Nova Friburgo, em contraponto à herança suíça e

[13] CARDOSO, V. M. Redes de abastecimento nos Sertões do Macacu século XVIII: tropas de muares, canoeiros, índios, mulatos e escravos. In: Encontro Internacional História & Parcerias, 2, 2019, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...] Rio de Janeiro: ANPUH RJ, 2019, p. 15. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570507880_ARQUIVO_1524acf56179625d7211bf0d46f60308.pdf> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

alemã do mesmo território, largamente difundida pelos meios oficiais governamentais e da mídia, são aspectos que chamam atenção.

Apesar desse processo de apagamento das narrativas subalternas, no cancionário popular da região, encontramos ecos dessa memória, que, inseridos nessa disputa identitária, trazem aos dias de hoje uma reflexão sobre essas personagens que anônimas e esquecidas restaram ao público em geral.

Venho das brenhas bravias dos Sertões do Macacu /
Trazendo a minha canção / E canto pra qualquer pessoa: /
Os jogos sujos da Coroa / Desde então acabarão. / Acabarão!
/ Não roubarão mais! / Venho das brenhas bravias lá do
Alto Macacu / E os meus irmãos são índios, forasteiros, /
Quilombolas, bandoleiros / E inimigos do Barão. / Não ao
Barão! / Não roubarão mais! / Venho das brenhas bravias
dos Sertões do Macacu / E a minha canção eu canto pra
qualquer pessoa, / Os jogos sujos da Coroa / Desde então
acabarão. / Acabarão! / Não roubarão mais! / Não ao Barão!
/ Não roubarão mais! / Os meus irmãos não servirão mais.
/ Não serviremos ao Barão, / Nem temeremos capataz. [14]

Outros vestígios dessa época podem ainda ser encontrados nas histórias dos moradores antigos da vila de Aldeia Velha, Distrito de Silva Jardim, interior do Rio de Janeiro, como conta Seu Enéas Cardoso:

A mocidade pros lados das moças era um vestido em cima dos pés direto. A manga três quartos, todo mundo era assim. Os rapazes vestia aqueles vestido saia, vinha até a canela, ia botar calça depois de quase vinte anos. Era o saiote. Usavam tamanco. Aquilo na casa de soalho de madeira fazia: putuco, putuco, putuco. Era um tamanco português fechado nas pontas, para andar lá fora, para andar no mato, pisar na

[14] VIRAMUNDO, L. *Piratas do Alto Macacu*. Nova Friburgo: Insaciável Martelo, 2018. Digital (3'44").

[15] ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. Vida na roça. Youtube, min. 21:28, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TNZrwbPX3j4&t=1288s>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

grama, aquele tamancão grande. Por aqui era tudo tamanco. Era tamanco ou malandrinha.[15]

Ainda sobre os modos de vida, fragmentos dessa herança do passado agrícola podem ser encontrados na fala de Seu Mário Manduca, também morador de Aldeia Velha:

Mamãe ia lá naquela vasilha, com a concha, panhava a gordura e a carne de porco, esquentava numa frigideira desse tamanho assim, botava em cima da chapa. Agora ali a pessoa ia servir o prato, panhando esses outros mantimentos, comendo, e ali tava ali esperando, a gente panhava o que a gente quisesse (...), tava na vontade da gente. E pra que mais gostoso que carne de porco, com inhame, aipim, angu de milho branco... era angu de milho branco, não era esse catete não. Era milho branco, batata inglesa, repolho. Eu tô falando, a mesa era grandona, minha filha. [16]

São vestígios que ficaram na tradição oral e que nos dão pistas de como essas sociedades camponesas viviam.

[16] ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. Gosto de memória. Youtube, min. 07:33, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TNZrwbPX3j4&t=1288s>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.



Carta 2- LEÃO, Manuel Vieira. Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil. 1767. Cartas 7 e 11. 15 cartas ms, desenho a tinta nanquim, 56 x 36. ++ 1 f. de rosto; 40 x 28. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512339/cart512339.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

Capítulo 2

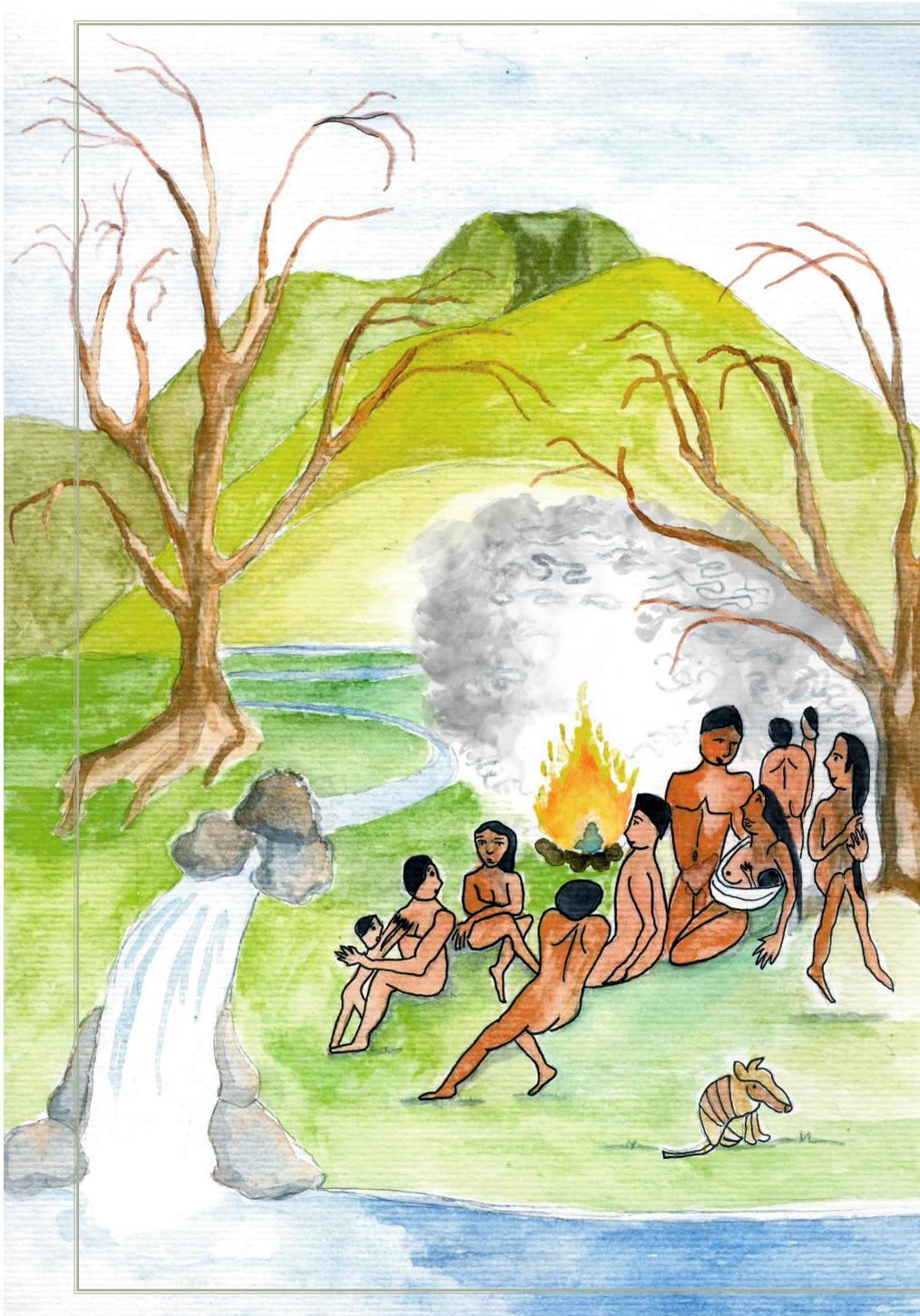
Povos originários

Desse período, os registros sobre os remanescentes indígenas da região são escassos. No século XIX, em toda região do atual Estado do Rio de Janeiro, existiam apenas quinze aldeamentos indígenas^[17]. Eram territórios complexos, habitados por indígenas de diferentes etnias. A partir de uma história de genocídio de seus grupos sociais, essas comunidades foram marcadas pela estratégia política da Coroa Portuguesa, de subordiná-las e apagar suas identidades. Entretanto, é preciso avaliar que esses espaços também foram refúgios onde esses grupos puderam resistir - e se reorganizar -, mantendo parte de suas tradições e o uso coletivo da terra. Segundo Freire e Malheiros, os povos Tupi, que habitavam o litoral, foram os primeiros a entrar em contato permanente com os colonizadores portugueses e com as expedições francesas no Brasil.^[18]

No século XIX, podiam ser encontradas três categorias de índios na província:

[17] MELO, P. Entre “abusos, usurpações e desacertos”: terras indígenas no Rio de Janeiro, Século XIX. *Almanack*, Nº. 30, p. 1-33, 2022, p. 7. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11662/9626>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2023.

[18] FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p. 17.



- Catequizados ou caboclos, que eram indígenas de etnias dos grupos linguísticos Tupi e Macro-Jê, como os Guarulho e os Goitacá - ambos falantes da língua jê -, aldeados há séculos e que ocupavam aldeamentos em terras reconhecidas pela Coroa;

- Índios bravos, que se mantinham organizados em suas comunidades, mas que cada vez mais sentiam a pressão da expansão da ocupação dos territórios rurais pelas fazendas;

- Indígenas destribalizados, que, distantes de seus grupos sociais, se viam na condição de migrantes, muitas vezes indo para os núcleos urbanos, principalmente a Corte.

Na região do vale do rio São João, havia indígenas aldeados, destribalizados e possivelmente índios bravos, que poderiam ter sobrevivido nas encostas íngremes da Serra do Mar, em áreas onde a colonização não pudera criar núcleos produtivos.

Quem eram esses indígenas do rio São João? O esforço de encontrar respostas a essa pergunta é no sentido de questionar o quanto o avanço das políticas de assimilação e combate a esses grupos pode ter avançado. Isso porque os indígenas aldeados não deixaram de ser indígenas por estarem aldeados. O que muitos autores discutiram, como Patrícia Melo, é que a categoria ‘caboclos’ era utilizada para denominar os próprios indígenas, e que, muitas vezes, a narrativa de considerar os indígenas ‘mansos’ ou ‘civilizados’ foi usada como uma estratégia para reforçar que estava em curso um desaparecimento das etnias indígenas na província. Esse desaparecimento, na verdade, era

uma forma de usurpar suas terras tradicionais^[19], pois se os índios nos aldeamentos estavam “civilizados”, estavam dessa forma “misturados à massa da população” e, assim, “não eram mais índios”. Ou seja, invisibilizar esses grupos era uma forma de violência que tinha como objetivo tomar seus territórios e inviabilizar seus modos de vida.

Esse processo de expropriação dos territórios indígenas passou por diferentes etapas e esteve sempre atrelada à catequese e ao mercado colonial. Um bom exemplo é a fundação da Aldeia de São Fidélis, em 1781, às margens do rio Paraíba, pelos capuchinhos italianos Angelo Maria de Lucca e Victorio de Cambiasca. O local dessa empreitada, inserido na antiga e enorme sesmaria dos Jesuítas - a qual fora arrematada da Coroa pelo capitão Joaquim Vicente dos Reis e seu sócio, Manoel José de Carvalho - era uma Aldeia de índios Coroado, no “sertão dos índios brabos”, desalojados de suas terras pelos engenhos e as grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar. ^[20]

De acordo com pesquisadores que estudam essa região dos Sertões do Macacu, principalmente os Sertões dos Índios Brabos, a primeira metade do século XVIII é marcada por uma redução na fundação de aldeamentos indígenas, em comparação aos dois séculos anteriores. Ou seja, aldeamentos franciscanos em Campos dos Goytacazes, a fundação da Aldeia de Ipuca pelo capuchinho Francisco Maria de Todi e a de São Fidélis pelos

[19] MELO, P. Entre “abusos, usurpações e desacertos”: terras indígenas no Rio de Janeiro, Século XIX. *Almanack*, Nº. 30, p. 1-33, 2022, p. 22. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11662/9626>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2023.

[20] MALHEIROS, M. *Homens da Fronteira* - Índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, Séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 30.

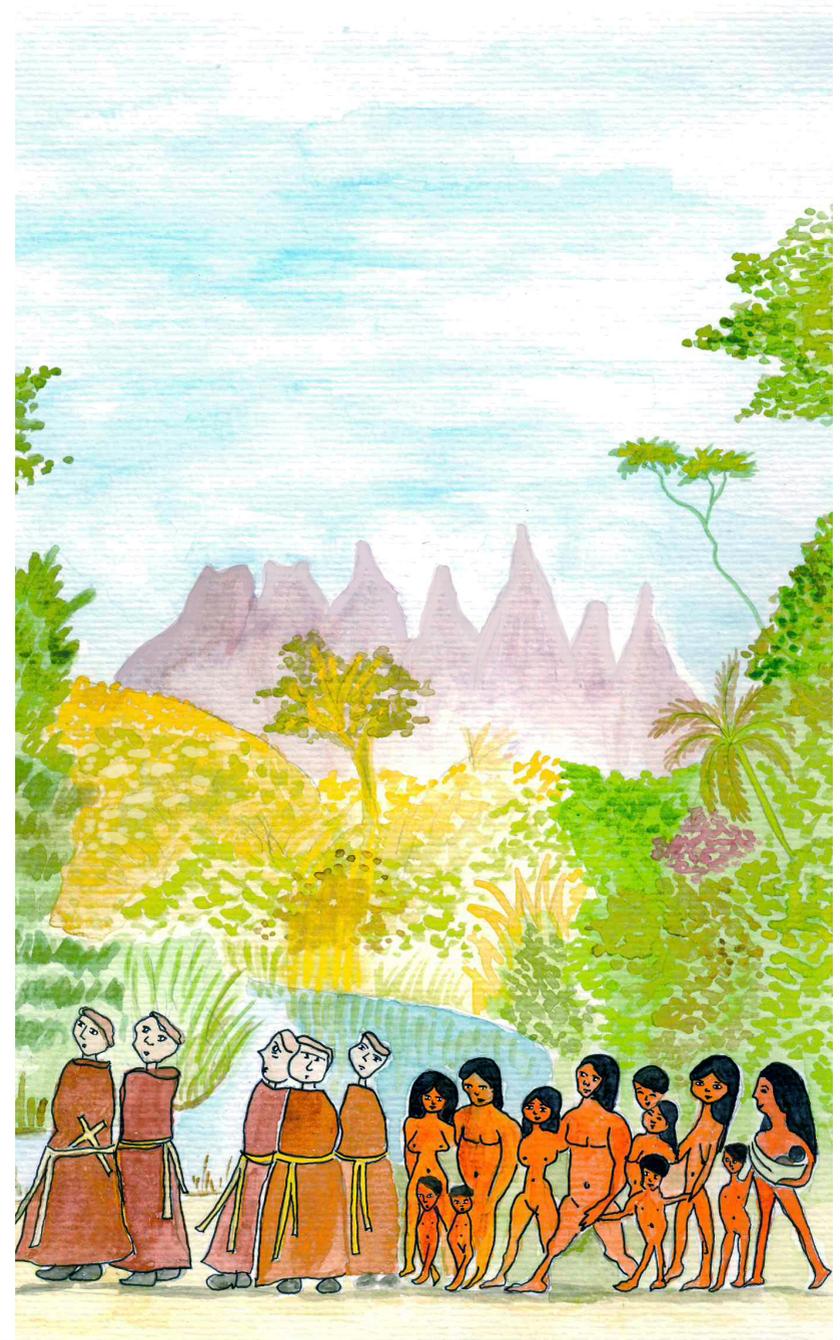
freis De Lucca e Cambiasca, a “pouco documentada” tentativa dos jesuítas em aldear os Coroado em Cantagalo, não passaram despercebidos. Mais que isso, foram tidos como “novidade”.

Esse desbravamento dos Sertões do Leste foi motivado, na verdade, pela decadência do ouro em Minas Gerais, a qual, por sua vez, impulsionou a produção de açúcar em Campos dos Goytacazes, além da descoberta de jazidas auríferas nos “Sertões do Macacu”. A fundação de aldeamentos não passava de estratégia política para incorporar os “sertões” às já existentes áreas de acumulação de riquezas da elite colonial.^[21]

O batismo, por sua vez, representava, além da troca do nome próprio indígena por um nome cristão, uma mudança radical na forma de vida. Entre o batismo do primeiro índio Puri, de nome Aparã - que recebeu o nome cristão de Maximiano em 1832 - e a morte da última índia Puri, Joaquina Maria, em 1902, transcorreram 70 anos. Nesse espaço de tempo, tanto os Puri como os Coroado e Coropó passaram por um processo de destribalização, com a progressiva perda de sua identidade, de sua cultura e de sua língua, até que foram definitivamente varridos do mapa do Rio de Janeiro.

A questão da perda de identidade é particularmente dramática e desgarradora. *Uma vez Puri, sempre Puri?* Alguns nascem índios, são batizados, adotam um nome cristão e quando morrem são enterrados sem identidade, com o registro de óbito omitindo a sua condição indígena. Outros mantêm essa condição de forma

[21] MALHEIROS, M. *Homens da Fronteira - Índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, Séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 31.



genérica, mas se transformam num corpo sem nome, numa face desfigurada: alguns registros de óbitos documentam a morte de índios “cujos nomes não me disserão”, conforme atesta o vigário.

É interessante observar como os registros eclesiásticos vão documentando progressivamente essa transfiguração étnica: nas primeiras décadas do século XIX, como regra geral, os registros referem-se claramente a indivíduos das nações Puri, Coroadó, Coropó e Bocaina; em seguida, essas identidades se diluem na denominação genérica de “índios” ou “caboclos” para, finalmente, serem confundidos com a população mestiça.

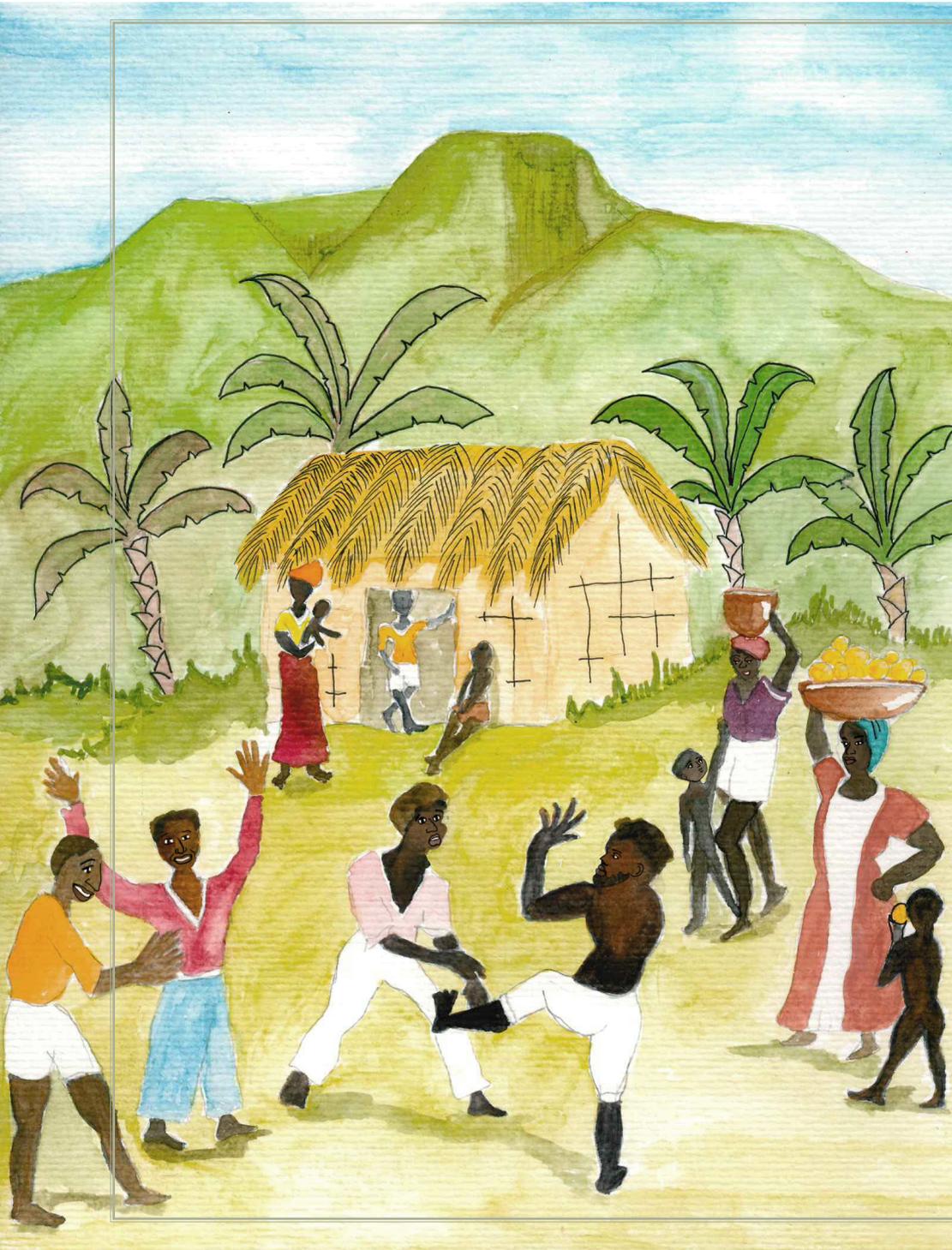
As terras dos índios destribalizados, “que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população civilizada”, começam a ser incorporadas a partir de 1850 aos Próprios Nacionais, por decisão do Ministério do Império. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas considera, em 1862, que “muitos aldeamentos são formados de indivíduos que, pela mór parte, sómente de índios tem o nome” e que “os indivíduos pertencentes às aldêas não precisão mais de protecção immediata dos administradores”. A Diretoria das Terras Públicas autoriza, portanto, a extinção de vários aldeamentos, distribuindo a cada família, bem como aos solteiros maiores de 20 anos um pequeno lote de terra para lavoura.

Em 1866, por deliberação provincial, decreta-se a extinção de um dos últimos aldeamentos do Rio de Janeiro: a aldeia de São Lourenço. Os índios que aí residiam foram considerados

capazes de “entrarem no gozo dos direitos comuns a todos os brasileiros”. Cada família recebeu “um lote de terras de 22.500 a 62.500 braças quadradas que ficará sendo propriedade de taes individuos, depois de cinco annos de efectiva residencia e cultura”. Muitos desses índios, cujas terras foram tomadas por fazendeiros, por outros particulares e pelas próprias Câmaras Municipais, vão migrar para a cidade do Rio de Janeiro - a Corte, onde continuarão a ser vistos como índios e serão discriminados, presos e reprimidos como “caboclos”.

Capítulo 3

Quilombolas



Nessa mesma região, entre os vales do rio São João e seu fronteiro rio Macaé, nesse período da segunda década do século XIX, uma outra guerra se desenrolava. A guerra contra os quilombos e sua população negra. Poucos registros ficaram desse período, mas segundo a extensa pesquisa de Renata Lima, os colonos suíços convieram que as terras haviam sido concedidas a partir da interpretação dos editos do príncipe regente. Os colonos afirmaram que receberam essas terras de Sua Alteza Real, Pedro I. Para ocupá-las, tiveram que destruir os quilombos que existiam naquelas regiões.

Segundo Lima^[22], através de cartas encontradas na Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos), no Pró-memória de Friburgo (RJ) e na carta de Antoine Cretton - enviada da Suíça por Martin Nicoulin, da Associação Fribourg (Suíça) -, podemos encontrar vestígios de informações, perante a quase inexistência de fontes documentais produzidas pelos quilombolas. Dessa forma, aqueles que atuaram na destruição dos quilombos são os mesmos que deixaram esses documentos, através dos quais podemos encontrar informações sobre esse período.

[22]LIMA, R. A. Colonos suíços X quilombolas: a resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. *Texto de Discussão Polis - Laboratório de História Econômico-Social*, Nº. 24, p. 1-9, 2010, p. 1. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_24.pdf>.

Na primeira carta assinada por Quevremont, datada de 6 de setembro de 1822, os colonos suíços assinalam que por “meios reprováveis”, destruíram quilombos, para a ocupação das terras concedidas por D. Pedro I.

CARTA 1: Esses colonos convieram que estas terras lhes foram concedidas em virtude das decisões de S.A.R. [Sua Alteza Real], o Príncipe Regente, em 10/09/1821 e que elas tinham sido retomadas de maneira reprovável, pois para apossá-las eles tiveram que destruir os quilombos que lá existiam desde aproximadamente doze anos.[23]

A segunda carta, de 14 de maio de 1823, escrita pelo colono suíço Antoine Cretton, alega que, além da motivação para a destruição dos quilombos ser a aquisição de terras, esses colonos – que eram proprietários de outras áreas – estavam buscando terras mais férteis. No documento, Cretton descreve as vantagens de se morar nessa região e narra um encontro entre suíços e quilombolas.

CARTA 2: A terra que cultivamos, não sendo própria para a cultura do café e do açúcar, eu [Antoine Cretton] quero abandoná-la para me dedicar a esse tipo de cultura, já que cada milheiro de pé de café que plantamos, depois de três anos, produz mil francos a cada ano. (...) O desejo de ter uma plantação nos levou a fazer excursões nos bosques virgens. Há tempos, vinha-se falando de um terreno onde ninguém havia posto os pés. Vários colonos reuniram-se com esse fim. Formou-se uma caravana de dezesseis pessoas munidas de víveres para vinte dias. Pegamos um português para batedor porque é impossível penetrar na mata virgem sem estar armado com pelo menos um facão. Ao cabo de oito dias de marcha, deparamos com um quilombo; é um esconderijo de negros fugidos que, para escaparem das crueldades dos portugueses, vão viver juntos em montanhas quase inacessíveis. Esses negros são muito perigosos quando

[23] LIMA, R. A. Colonos suíços X quilombolas: a resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. *Texto de Discussão Polis - Laboratório de História Econômico-Social*, Nº. 24, 2010, p. 1-2. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_24.pdf>.

em número superior ao de brancos e espertíssimos, pois é quase impossível chegar a seu refúgio sem risco de vida. Eis o que fazem para não serem encontrados: cavam em todos os caminhos que chegam até lá valas do tamanho de um homem, cheias de estacas pontiagudas; cobrem a abertura com folhas, de modo a disfarçar a armadilha. Meu genro Laurent Schottenberger, que também fazia parte da caravana, caiu num buraco desses, felizmente só com uma perna; safou-se, mas com o pé atravessado por uma estaca. Mas qual não foi nossa surpresa ao deparar de repente com oito negros que, de flechas estiradas, ameaçavam transpassar-nos o peito! Entretanto, nos impusemos pela força e os obrigamos a nos dar todas as informações sobre aquelas terras. Ao nosso retorno à colônia, foi feita uma declaração ao diretor e a autoridade de lá enviou vinte homens armados para prender estes bandidos, o que transcorreu com sucesso, mas fomos obrigados a prendê-los de maneira reprovável. Eles eram em número de 18, tanto homens quanto mulheres. Por ter ajudado a fazer esta descoberta, obtive uma légua de terreno com a escolha de onde melhor me parecia. Eu me situei precisamente no local onde estes dezoito negros haviam feito uma plantação. Este terreno encontra-se já em grande parte desmoitado e cultivado, aqui eu encontrei batata doce e um grande número de bananeiras, cuja fruta é excelente, alguns pés de café e de cana de açúcar. [24]

É de 25 de fevereiro de 1823, outro manuscrito que conta como o colono Jean Antoine Musy, narra que seu filho havia encontrado quatro portugueses, na Fazenda Rancho, pelo rio Sana, que haviam realizado expedição a um quilombo e que encontraram objetos que destruíram.

CARTA 3: No dia 25 de fevereiro do ano de mil oitocentos e vinte e três, à noite, compareceu diante do encarregado de polícia dos colonos (...) o colono Jean Antoine Musy, chegando da fazenda de São Pedro, próximo ao alto de Macaé, o qual declarou que ontem, vinte e quatro, ele encontrou na acima mencionada fazenda de São Pedro seu filho, Jean Jacinte, que lhe disse que no corrente da semana anterior ele tinha tido a visita na Fazenda Rancho, pelo rio Sana, de quatro portugueses (...) dizendo que

[24] LIMA, R. A. Colonos suíços X quilombolas: a resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. *Texto de Discussão Polis - Laboratório de História Econômico-Social*, Nº. 24, 2010, p. 3-4. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_24.pdf>.

gostariam de ir ver o quilombo, que de fato eles foram e voltaram poucos dias depois e disseram que haviam encontrado fogo em uma casa, flechas e alguns outros objetos e que, acreditando que pertenciam a negros fugidos, eles os queimaram. O dito filho de Musy declarou assim a seu pai que os ditos portugueses, os quais tinham saído sem viveres, tinham, entretanto, voltado, carregados de um pacote (...)[25]

Segundo Lima, o ato de destruição dos quilombos foi justificado pelo decreto de D. Pedro I, e era condição fundamental para que esses colonos ocupassem a terra; apesar disso, consideraram reprovável. Além disso, a autora conclui que a carta 2 possui informações sobre como se organizava a defesa do quilombo, através da construção de armadilhas e o uso de arcos e flechas. É importante perceber que a criminalização dos habitantes do quilombo se percebe através do relato do uso de vinte homens armados, enviados ao quilombo e que, ao retornar, relataram a expedição ao diretor da colônia.

Quem eram os dezoito homens e mulheres quilombolas presos? Essa é uma questão que os manuscritos não apontam. Também não há referências sobre o que aconteceu a eles, e é possível que tenham sofrido torturas, pois é descrito que foram presos de maneira reprovável. Por fim, os documentos apontam que o colono suíço obteve como recompensa o direito de escolher um terreno de uma légua com plantações feitas pelos quilombolas.

[25] LIMA, R. A. Colonos suíços X quilombolas: a resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. *Texto de Discussão Polis - Laboratório de História Econômico-Social*, N° 24, 2010, p. 1-2. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_24.pdf>.

Capítulo 4

A imigração Suíça

Para compreender o conflito entre quilombolas e suíços, é necessário retroceder cinco anos, até 11 de maio de 1818, quando foi assinado o tratado de colonização e o estabelecimento da colônia suíça, batizada por Dom João VI, de Nova Friburgo. Segundo Vanessa Melnixenco, no livro publicado em comemoração aos 200 anos da fundação de Nova Friburgo, é importante analisar que as informações contidas no tratado são relevantes para entendermos de que forma esse processo colonizador se deu.

O tratado definia que até cem famílias compostas por indivíduos de religião católica apostólica romana formariam a colônia. Ao chegarem ao Brasil, cada família teria uma casa provisória, terras, animais e sementes, e um subsídio durante os dois primeiros anos no Brasil. Além disso, até o fim de 1829, “o rei concederia aos colonos isenção de encargos pessoais e de impostos territoriais. Mas, caso houvesse algum dos colonos desejoso de regressar à terra natal, não seria impedido”.^[26]

Nesse período histórico, onde as distâncias entre partida e

[26] MELNIXENCO, V. C. *Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018, p. 39.



destino eram vastas, a região limítrofe entre a bacia do rio São João e as serras de Nova Friburgo, no período de 1818 à 1822, recebeu a primeira imigração não portuguesa do Brasil. Como vimos, as promessas de uma imigração bem assistida por parte da Coroa Portuguesa e dos cantões suíços não passaram de promessas. Durante a longa travessia, a demora nas paradas em terra, as doenças, a sobrecarga de passageiros nos navios, as condições precárias das embarcações, levaram à morte 311 pessoas [27], que foram atiradas ao mar, como era costume na época. Uma morte a cada seis passageiros. A maior parte dos óbitos foi de crianças e jovens, entretanto, muitos adultos também faleceram, causando uma enorme insegurança às famílias, que ficaram sem seus pais ou mães. [28]

Ao chegar ao porto do Rio de Janeiro, uma comitiva foi recebida pelo rei D. João VI e os preparativos para chegada ao destino final foram sendo alinhados. A jornada foi retomada e os migrantes foram levados até Itambi, onde se recuperaram da viagem por uns dias e de lá seguiram para o mosteiro de São Boaventura, na Vila de Macacu. Um hospital foi improvisado nesse local para tratar do grande número de enfermos mas, infelizmente, mais 35 pessoas aí perderam a vida.

Deste ponto, a expedição seguiu com carroças, onde mulheres, crianças e bagagens foram transportadas. Os demais foram ou caminhando ou em cavalos e mulas. Nesse trajeto, foram pernoitando em fazendas e ao fim, precisaram deixar as

[27] MELNIXENCO, V. C. *Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018, p. 51

[28] *Ibid.*, p. 52

carroças e subir a serra a pé. Após uma jornada tão penosa, desde suas vilas suíças, os migrantes já exauridos ainda enfrentaram uma última etapa, de trilhas íngremes, cercadas de abismos, chuva e lama. Após 10 dias de jornada, em 15 de novembro de 1819, o primeiro grupo de suíços chegou ao caminho que leva à Pedra da Caledônia, em Nova Friburgo. De lá avistaram as serras e o rio que corre por entre as altas montanhas.

Apesar de realizar o sonho de alcançar um novo continente e iniciar um processo migratório que a partir desse dia transformou a constituição do povo brasileiro, a realidade desses primeiros pioneiros continuou difícil. As casas que D. João VI mandou construir eram precárias, cercadas de áreas alagadas. Nesse primeiro momento, mais de uma centena de suíços vieram a óbito.

Os outros navios que chegaram com imigrantes desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, e os novos colonos se dirigiram à colônia friburguense. A diferença do clima temperado de onde viviam à nova realidade úmida e tropical foi desafiadora e causadora de enfermidades. Neste território florestal, receberam a visita um dia de indígenas que habitavam as redondezas [29], mas rapidamente foi editada uma norma que ordenou o afastamento desses dois grupos sociais, que seguiram apartados, mesmo que habitando um mesmo território. Essa dinâmica foi duplamente interessante à Coroa, porque à medida em que o rei concedia terras aos colonos,

[29] MELNIXENCO, V. C. *Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018, p. 52

isso acarretava a expulsão dos nativos de seus territórios tradicionais.^[30]

Nesse processo de adaptação dos colonos suíços aos seus lotes, muitos deles em áreas íngremes, com muitas pedras, abismos, alagados, os imigrantes foram dando início à sua produção. Cultivavam espécies que trouxeram em sua viagem pelo Atlântico e os gêneros cultivados na região, como milho, mandioca, feijão, abóboras e fruteiras. Além dessa agricultura de subsistência, também criavam vacas, galinhas, cabras, patos, porcos, carneiros, entre outros. Foram aprendendo com os nativos os métodos mais adaptados à agricultura no clima em que se encontravam e adaptando suas tecnologias européias aos métodos de cultivo herdados dos indígenas. A coivara, método indígena de derrubada e queimada da floresta para posterior cultivo foi adotada, e grandes áreas da Mata Atlântica serrana foram dando lugar à cultivos e pastagens.

Cultivos como aveia e trigo foram experimentados, mas a crescente exportação de café para o mercado internacional, a partir da década de 1820, impulsionou esse cultivo. Graças ao foco nessa única cultura e a produtividade alcançada, o Brasil se tornou, a partir do Império, o maior produtor de café do mundo, posto que ainda ocupa. Os moradores mais antigos da vila de Aldeia Velha, como Seu Mário (Manduca) Délcio Rodrigues, contam como na infância o café ainda estava presente em suas vidas:

[30] MELNIXENCO, V. C. *Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018, p. 39

RELAÇÃO DO GADO NECESSARIO A CADA FAMILIA SUISSA , QUE VIER estabelecer-se no Brazil , e dos outros objectos para semear , e plantar ; a saber

	G A D O					S E M E N T E S									
	Bois ou Cavallos de puzar	Vaccas de leite	Ovelhas	Cabras	Porcos	Trigo	Feijões	Favas	Arroz	Batatas	Milho	Mamona para azoite	Linho	Canhamo	
Para huma Familia de 3 a 4 pessoas - - -	1	2	4	2	2	1	1	½	2	1	3	½	½	½	
„ 5 a 7 - - - -	2	3	6	3	3	1½	1½	½	3	2	4	1	2 terç.	2 terç.	
„ 8 a 10 - - - -	3	4	8	4	4	2	2	¾	4	3	6	1½	1	1	
Total - - - -	6	9	18	9	9	4½	4½	1½	9	6	13	3	2	2	
He termo medio do total acima - - - -	2	3	6	3	3	1½	1½	½	3	2	4½	1	2 terç.	2 terç.	
O termo medio acima multiplicado por 30 que he o numero das Familias , que virão -	600	900	1800	900	900	450	450	150	900	600	1200	300	200	200	

CAVALLOS - - - Se se dessem Cavallos em lugar de Bois , seria conveniente para 600 animaes desta especie pouco mais ou menos 400 Egeas.
 VACCAS - - - Para 900 Vaccas serão precisos 30 Toiros bem escolhidos para conservar a melhor raça , os quaes serão repartidos pelos Colonos , que tivessem mais commodo para isso.
 OVELHAS - - - 1800 exigirão de 60 a 80 Carneiros para o mesmo fim , que acima se diz - - - - - dito - - - -
 CABRAS - - - 900 necessitarião de 35 a 40 Bodes - - - - - dito - - - - - dito - - - - - dito - - - -
 PORCOS - - - 900 metade fêmeas , e 50 Barrões feitos - - - - - dito - - - - - dito - - - - - dito - - - -

Imagem 3- IMPRENSA RÉGIA. *Relação do Gado Necessário a cada Família Suíssa*. p. 13. Rio de Janeiro: Os originais pertencem ao acervo da Fundação D. João VI de Nova Friburgo - Arquivo Pró-Memória, 1820.

Meu pai tinha muita lavoura de café, eles preparava o café, limpava igual isso aí: catava uma porção de café, jogava no chão, catava... Depois, mamãe botava nós para espaiar aquele cisco no meio da rua do café, que tirava de um lado e do outro, espaiava pra debaixo do pé de café. Porque já colheu o café, ficava debaixo da lavoura assim... Então, todos os filhos de meu pai e minha mãe, nós com nossos sete anos de idade, fomos todos trabalhar na roça, mandado de pai e mãe. Nós era meio preguiçoso...[31]

Além da tradição oral, que se mantém principalmente nas comunidades rurais, outras fontes também são importantes para conhecermos a história dessa região. Em 1822, o Barão George Heinrich von Langsdorff, naturalista, médico e diplomata russo, que realizou uma das mais importantes expedições de pesquisa no Brasil, a Expedição Langsdorff, visitou a região da colônia suíça.

Então cônsul da Rússia no Rio de Janeiro, Langsdorff (1774-1852) era um naturalista alemão nacionalizado russo, que, em 1822, iniciava uma empreitada que ficaria internacionalmente conhecida como uma das mais importantes viagens científicas do século XIX: a Expedição Langsdorff. Ao longo de sete anos, de 1822 a 1829, percorrendo, ao todo, mais de 16 mil km através do território brasileiro, a expedição seria responsável por notáveis descobertas científicas, repletas de riqueza de detalhes e de precisas informações coletadas das numerosas regiões visitadas.

Após acompanhar, na capital, as festividades da proclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil agora independente, o chefe da expedição decide visitar, em primeiro lugar, a vila de Nova Friburgo. Partindo da Fazenda da Mandioca (Petrópolis), propriedade de Langsdorff, a expedição alcança a colônia em 23 de novembro de 1822. Entre os participantes da empresa estava o astrônomo e cartógrafo Néster Gravílovitch Rubtsov (1799- 1874), responsável pelas observações astronômicas e magnéticas, além da confecção de mapas e plantas das regiões visitadas. Com seu trabalho, contribuiu para a história de

[31] ALDEIA DE YPUCA-História e tradição oral. O cisco e o Corisco. **Youtube**, min. 00:27, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yzPq_O02alw> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

Nova Friburgo confeccionando a primeira planta do território abrangido pela vila. [32]

Os primeiros anos da colônia foram de muitos revezes. A difícil adaptação ao clima tropical e a floresta imponente foram desafiadores para moradores de prados e campinas suíços. Doenças, perdas das lavouras, inundações, mortes e desentendimentos foram escalando a desilusão, o arrependimento e a saudade de suas terras de origem. A falta do apoio prometido pelo rei D.João VI, e as condições precárias de vida levaram a muitas mortes e dificuldades. Conflitos internos, furtos, brigas e estupros acabaram levando a colônia a uma situação caótica. Dessa forma, muitos colonos acabaram saindo da colônia e buscando novas terras mais férteis e com clima mais ameno. Uma leva se dirigiu para a região de Cordeiro e outra desceu as encostas rumo à bacia hidrográfica do rio Macaé.

[32] MELNIXENCO, V. C. **Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018, p. 69



Iconografia 10- THIERRY FRÈRES. **Colonie Suisse de Cantagallo**. Paris [França]: Firmin Didot Frères, [1835]. 1 grav, litogravura, col, 25,3 x 21,4. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=16448. Acesso em: 12 fev. 2023.

Apesar da dificuldade no estabelecimento da colônia suíça, em 1824, chegou a Nova Friburgo a primeira leva de imigrantes alemães ao Brasil. Após diferentes percalços, esses pioneiros demarcaram o início de um processo importante, que foi o estabelecimento de um grupo de luteranos, ou seja, protestantes, no Brasil. Mesmo que desde o início da ocupação do território colonial tenha havido outras presenças religiosas, como a dos calvinistas holandeses em Pernambuco, dos africanos muçulmanos na Bahia e dos judeus em várias partes do país, esse momento protagonizado pelos alemães luteranos marca o início de um novo momento para a ampliação dos cultos religiosos no Brasil. Segundo Lima:

A primeira Constituição brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, manteve a religião católica como oficial do Império, mas permitiu o culto de outras profissões de fé, com a ressalva de que as celebrações fossem discretas e ministradas em ambiente reservado, sem aspecto de templo. Assim, quando os alemães chegam em Nova Friburgo, fundam no mesmo dia a Igreja Luterana, a primeira igreja evangélica da América Latina. [33]

A migração alemã para Nova Friburgo seguiu a mesma direção da suíça. Mesmo que esforços para distribuir apenas terras

[33] MELNIXENCO, V. C. *Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018, p. 71-73

Capítulo 5

A imigração alemã

cultiváveis tenham sido feitos, muitos lotes recebidos foram abandonados pela impossibilidade do desenvolvimento agrícola da terra.

Aos poucos, as comunidades suíça e alemã foram se integrando, e esses pequenos produtores e prestadores de serviços foram desenvolvendo um comércio e uma produção que aos poucos foi tornando a região das colônias um pólo comercial regional. *Quem eram esses primeiros imigrantes alemães no Brasil? O que faziam? Com que trabalhavam?*

Inicialmente, a maioria dos colonos que se mantiveram na região desenvolveram uma agricultura familiar, com produção de gêneros alimentícios e criação de animais. Mas esses pequenos produtores trouxeram na bagagem, assim como os suíços, saberes e tecnologias ancestrais, vindas da Europa, como a produção de vinho, cerveja, queijos, embutidos, conservas, pães. Chegaram também profissionais como ferreiros, professores, médicos, luthiers, relojoeiros, alfaiates, artesãos, marceneiros, que alteraram dessa forma a história da manufatura no Brasil.



Desenho 6- GIACOMO, Manuela. **Tropeiros dos sertões do Macacu.** Rio de Janeiro, 2023. Aquarela sobre papel texturizado, color., 42 x 29,7 cm.

Capítulo 6

A Diáspora Africana e a Luta pela Liberdade

No período da primeira metade do século XIX, outro importante processo social se desenrolava no vale do rio São João. Além dos quilombos que lá existiam, as pessoas escravizadas que não conseguiam fugir do cativeiro lutavam para fomentar estratégias que as possibilitassem alcançar a liberdade para além das fugas e da incerteza da vida no exílio. Trabalhadores, assim como os suíços e alemães que aqui chegaram, os diferentes povos de origem africana que à essa região foram transportados tiveram um processo de imigração totalmente diferente dos europeus.

A diáspora africana, que foi um processo de imigração forçada em massa de pessoas do continente africano para o mundo, durante o tráfico transatlântico de escravizados, fez com que chegassem ao Brasil pelo menos 5 milhões de pessoas originárias de diferentes territórios do continente africano. [34] Diferentes povos, diferentes línguas, culturas, modo de viver e entender o mundo. Eram povos balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubás, que vieram principalmente



Iconografia 11- THIERRY FRÈRES. *Esclaves nègres, de différentes nations*. Paris [França]: Firmin Didot Frères, [1835]. 1 grav, litografia, col, 20,6 x 31,5. Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=16380. Acesso em: 13 fev. 2023.

[34] MARQUES, L. L. Diáspora africana, você sabe o que é? *Fundação Cultural Palmares*, Brasília, 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53464>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

de regiões onde hoje são os países de Angola, Moçambique, Nigéria, Benin, Costa do Marfim e Senegal.

O ciclo econômico das guerras intertribais foi financiado pelas coroas européias, armando diferentes tribos e estimulando as disputas entre os reinos e territórios. A escravidão que existia no continente africano, assim como a que existia na Europa, como no caso dos escravos, foi impulsionada a se tornar um dos principais comércios transatlânticos, no qual estava baseada a exploração colonial das minas de ouro, diamante e na produção agrícola como da cana de açúcar e do café.

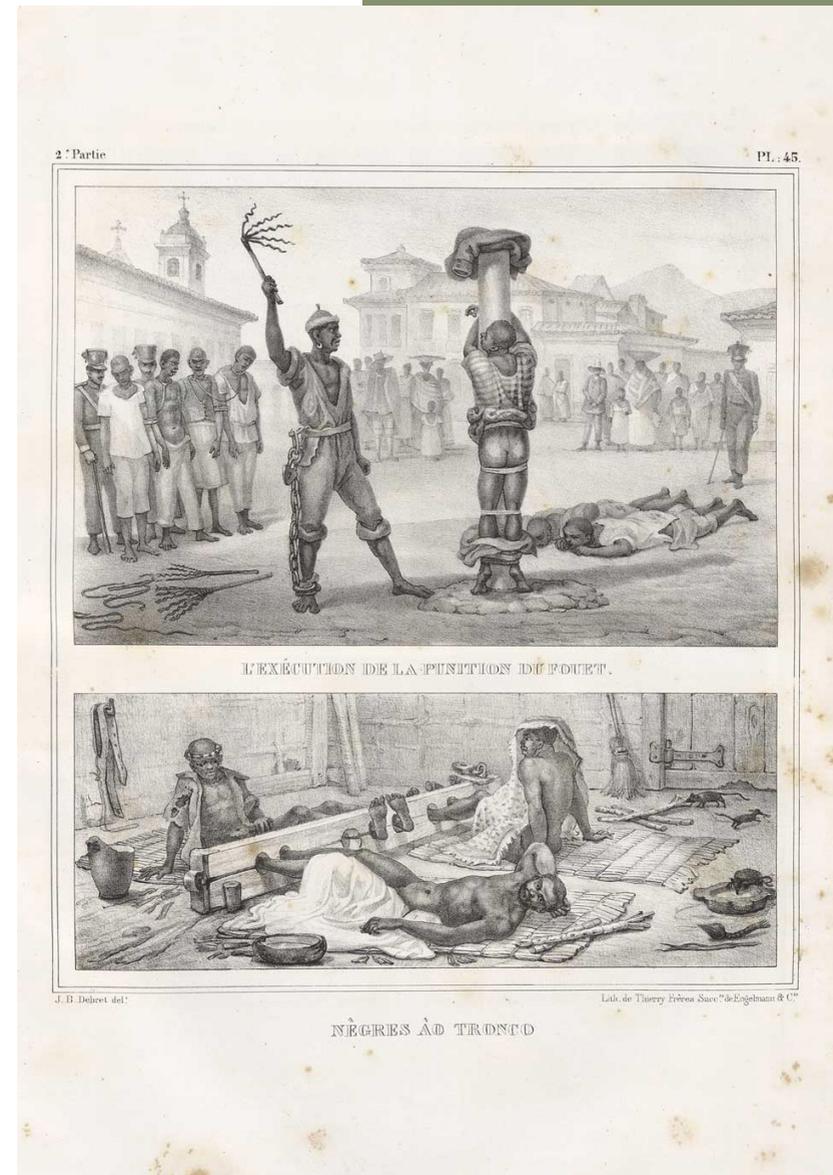
Nesse processo de migração forçada, embarcavam em navios tumbeiros, ou negreiros, navios cargueiros que eram utilizados nessa viagem. Os diferentes povos africanos eram arremessados nessas embarcações, após terem sofrido as mais diversas violências.

Pelo menos 1,8 milhão morreu ainda na travessia do Atlântico. Entre os que chegavam ao Novo Mundo, as expectativas de vida eram mínimas. Poucos sobreviveram aos primeiros anos de trabalho escravo. [35]

O Rio de Janeiro foi o maior porto de escravos do mundo. Se calcula que aqui desembarcaram 1,5 milhão de escravizados. Como ressalta Gomes, os mais valiosos para o tráfico eram os meninos e jovens negros e sua expectativa de vida era de 18 anos.

Ao longo de 350 anos, entre 23 milhões e 24 milhões de seres

[35] GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos à Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. V. 1, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 19.



Iconografia 12 - THIERRY FRÈRES. *Nègres ao tronco*. Paris [França]: Firmin Didot Frères, [1835]. 1 grav, litogravura, pb, 24,9 x 22,5. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=9220. Acesso em: 12 fev. 2023.

humanos teriam sido arrancados de suas famílias e comunidades em todo o continente africano e lançados nas engrenagens do tráfico negreiro.[36]

Ao chegar ao Brasil, esses povos foram direcionados aos mercados de escravos e vendidos, sendo direcionados principalmente às lavouras. De Angola veio um grande contingente de pessoas que foram para Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Da Nigéria, Benin e Togo foram para a Bahia, Pará e Maranhão. [37]

Nas fazendas, essas pessoas escravizadas trabalhavam longas jornadas de trabalho, sendo submetidos à diversas formas de tortura física, violência sexual, brutalidade e habitando locais com péssima infraestrutura de higiene e limpeza. Apesar desse cenário violento, a resistência dos povos africanos ao processo de escravização se deu das mais variadas formas para além da formação dos quilombos e das revoltas, como a conhecida Revolta dos Malês, que aconteceu na Bahia em 1835 e a Revolta liderada por Manoel Congo e Mariana Crioula em Vassouras, no Vale do Paraíba, em 1839.

Havia muitas fazendas no vale do Rio São João onde essa população vivia e desenvolvia atividades produtivas que foram a base da riqueza de muitos lugares. Ainda hoje a presença da população negra nessa região é forte por conta desse passado. O período que compreende o processo de independência, que culmina em 1822, foi de intensa ocupação desses territórios do vale e marcado pela forte disputa entre os diversos segmentos

[36] GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos à Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. V. 1, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 46.

[37] *Ibid.*, p. 260.

da sociedade.

Em 1789, a Conjuração Bahiana, uma revolta popular que eclodiu em Salvador, na Capitania da Bahia, defendia a libertação dos escravos e o reconhecimento da igualdade entre as pessoas por parte do governo, entre outros objetivos. As idéias do abolicionismo, movimento político que buscava o fim do comércio escravagista e da escravização de pessoas, se ampliava cada vez mais. Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva, político conhecido como *Patriarca da Independência*, pelo papel que desempenhou nesse processo, apresentou à recém criada Assembleia Constituinte uma representação que propunha a extinção da escravidão e a emancipação dos escravos. A proposta não foi aceita pela assembleia, além de ter desagradado os fazendeiros, que faziam parte do Partido Brasileiro, grupo político que representava a aristocracia rural.

Dessa forma, podemos perceber que o processo de resistência ao sistema escravocrata ocorria intensamente neste período. Muitos proprietários da região estavam preocupados com a possibilidade da perda do privilégio de serem donos de uma massa de mão-de-obra escravizada. Uma das estratégias alcançadas pelos escravizados foi a possibilidade de compra da alforria através do pagamento de quantias acertadas com os proprietários. Essas alforrias dependiam de trabalhos extras que os escravizados faziam, por isso, aconteceu principalmente em núcleos urbanos, onde os escravos de ganho, como ficaram conhecidos, vendiam doces, frutas e outros artigos nas ruas, tendo mais chances de acumular dinheiro para comprar suas alforrias.

Apesar desse processo ter acontecido em sua maioria em áreas urbanas, na região do São João esse processo também aconteceu, como se pode perceber nos registros cartoriais de 1839, do “Escrivão de Juízo de Paz do segundo Districto da Parochia de Capivary”, Comarca da cidade de Cabo Frio. [38]

Carta de Liberdade

“Digo eu João Rodrigues Flores e minha mulher Dona Emerenciana Joaquina Coutinha que entre varios escravos que temos he hum escravo pardo de nome Antonio filho de nossa escrava Firmina (...) o qual a minha livre vontade e sem constrangimento lhe dou a sua liberdade e alforria como livre, cuja a liberdade damos a mesma por ter recebido de lhe a quantia de duzentos mil reis e para clareza este referido papel esta carta da minha letra e firma (...) mil oitocentos e trinta e nove Escrivão de Juizo de Paz do segundo Districto da Parochia de Capivary. Comarca da cidade de Cabo Frio”

Registro de Carta de Liberdade da Criola Ignez Escrava de João da Silva Pereira

“João Pereira de Souza , Escrivão do Juízo de Paz do 2. Distrito de Capivary Devidamente Admitido e juramentado na forma da Lei; Declaro que perante mim e meu Cartorio compareceram João da Silva Pereira com pedido de lançar no livro de nottas as seguintes. Digo eu João da Silva Pereira, que sou Senhor e possuidor de huma escrava de nome Ignez Crioula filha de outra minha escrava Lucrecia Crioula, havida por herança de meus pais e posto que esta escrava Ignez eu atinha favorecido no meu Testamento em aceitar a metade ou terça parte do seu valor e a sua avaliação melhor para poder obter sua liberdade por meu falecimento.”

As Cartas de Liberdade são registros realizados pelo juiz de paz do distrito de Capivari, atual Silva Jardim. Esses documentos revelam que apenas 17 anos após a independência, em 1822, na região do vale do São João, escravizados e fazendeiros

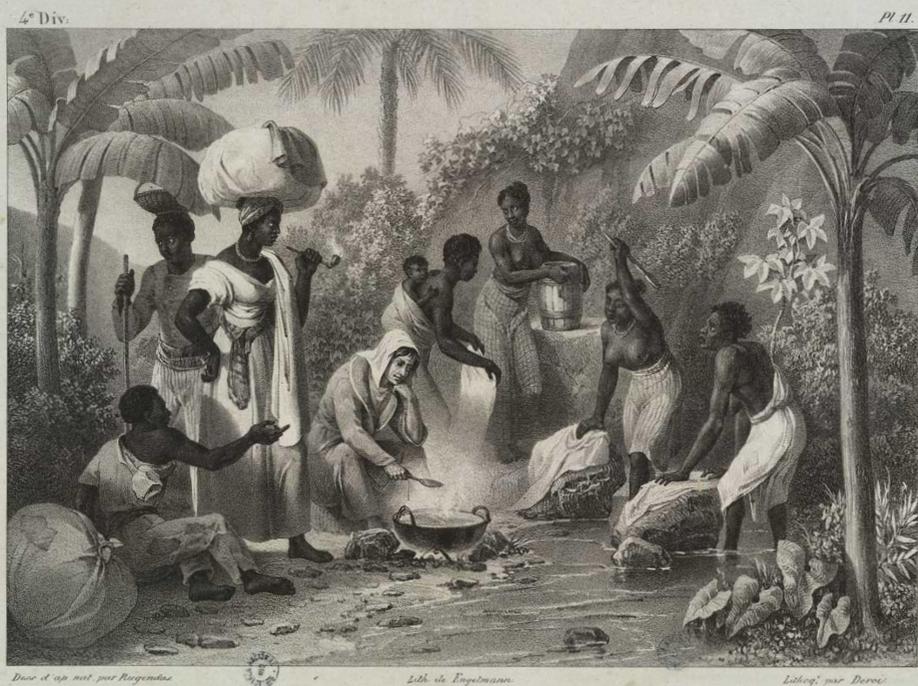
[38] Livro de Registros cartoriais do Escrivão de Juízo de Paz do segundo Districto da Parochia de Capivary. Comarca da cidade de Cabo Frio. 1839.

negociavam a liberdade dos cativos, através do pagamento de determinadas somas de dinheiro.

Outro fator importante para compreender esse momento e o contexto no qual se inserem esses processos são as revoltas populares. Nesse mesmo período, no ano de 1838, explodiu em Paty do Alferes, no Vale do Paraíba, uma revolta de escravizados liderada por Mariana Crioula e Manoel Congo. De 300 a 400 pessoas fugiram das fazendas em direção às serras, o que causou terror aos fazendeiros. Três anos antes, em 1835, a Revolta dos Malês, em Salvador, Bahia, tentou tomar o governo e a cidade de Salvador se transformou em um campo de batalha. Antes, em 1833, na Revolta de Carrancas, nas Minas Gerais, os escravizados africanos e crioulos, durante um levante, assassinaram a golpes de machado e outras ferramentas, uma família inteira de fazendeiros.

A violência dos proprietários em seu processo de exploração do grupo social de escravizados começava a ficar insustentável, após trezentos anos de tortura, trabalho forçado, violência sexual sistematizada e brutalidade, o nível de insatisfação e organização do povo negro passou a alcançar novos patamares.

Naquela época, 99% da população do Brasil era analfabeta. Os ricos que havia, eram, em sua maioria, ignorantes, também não sabiam nem ler ou escrever. Provavelmente por conta da expectativa de vida, que era de 25 anos, apenas 5% eram idosos. De cada 3 brasileiros, 2 eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços, ou seja, “uma população pobre e carente de tudo, que vivia à margem de qualquer oportunidade, em uma



BLANCHISSEUSES À RIO JANEIRO.

Iconografia 13- DEROY, Laurent. **Blanchisseuses à Rio Janeiro**. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav. pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_181.jpg. Acesso em: 12 fev. 2023.

economia agrária e rudimentar, dominada pelo latifúndio e pelo tráfico negreiro”.^[39]

A minoria branca vivia assombrada pela chance, real, de uma rebelião dos cativos. Desde antes da independência da colônia, quando o rei D. João VI voltou a Portugal, em 1821, levando todo o lastro em ouro do Banco do Brasil, causando a falência do mesmo, além de navios, armas e munições, o sistema colonial já estava em crise. E mesmo após os processos de 1822, as dívidas herdadas da Inglaterra foram assumidas por Pedro I, que aboliu a assembleia constituinte e outorgou outra, sozinho.

Foram anos intensos, em que o projeto civilizatório se transformou de forma acelerada. Hoje, quando 200 anos se passaram, podemos perceber que apesar de muitas mudanças, a invisibilidade da história dos grupos sociais subalternos nesse período, faz parte de uma estratégia de subjugação contínua dos mesmos. O apagamento da memória dos grupos africanos que aqui chegaram, os vestígios sobre os indígenas de diferentes etnias que são pouco divulgados, a disputa pela terra que ainda hoje não foi conquistada. São muitos os exemplos.

Em um Brasil onde apenas 7% são analfabetos, 40% são idosos, a expectativa de vida é de cerca de 76 anos de idade e a população negra perde 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos assassinados por ano, essa:

(...) “guerra civil não declarada” e um “extermínio da juventude pobre e negra”, é confirmado pelo mapa da violência no Brasil

[39] GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos à Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. V. 1, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 19

que revela: 56 mil pessoas são assassinadas anualmente. Mais da metade são jovens e, destes, 77% são negros e 93% do sexo masculino. As vítimas com baixa escolaridade também são maioria. Além disso, a arma de fogo foi usada em mais de 80% dos casos de assassinatos de adolescentes e jovens. [40]

O Brasil de hoje possui a segunda maior população negra ou de origem africana do mundo, perdendo apenas para a Nigéria. [41] É um dado que impressiona por seu significado: são 115 milhões de pessoas, das quais os meninos e os jovens negros continuam sendo os mais valiosos para o tráfico, continuamente sendo moídos nas engrenagens do comércio internacional.

E o que resta para essas “gentes”, afinal? Após o êxodo rural, causado principalmente pela falta de emprego e pelo sonho da prosperidade urbana, muitas famílias originadas no período histórico do século XVIII permaneceram neste lugar de forte cultura local, enriquecida por poetas, músicos, artistas populares, erveiros e pintores, nativos ou vindos das serras e cidades, nem sempre vizinhas.

Essa preciosa cultura, passada de geração em geração através dos “causos” e histórias, guarda as raízes da herança indígena, negra, escrava e colona da região. E nós, que cá estamos, em pleno ano de 2022, herdamos essa cultura. E herdamos também os resultados do processo de liberdade e independência. Será que fomos vitoriosos?

[40] AGÊNCIA SENADO. *Relatório da CPI sobre assassinato de jovens*. Senado Notícias, Brasília, 08 jun. 2016. Online. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/08/em-relatorio-cpi-apresenta-sugestoes-para-acabar-com-genocidio-da-juventude-negra>>. Acesso: em 05 de fevereiro de 2023.

[41] GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos à Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. V. 1, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 24.

200 anos depois, Lilia Schwarcz, historiadora que reflete brilhantemente sobre, dentre outros assuntos, o processo da independência do Brasil, diz que “é hora de pensarmos que a independência é um projeto de liberdade. E esse projeto só faz sentido se for de todas e de todos nós. Só terá sentido se disser respeito a todos nós”. [42]

Seguramente, o coração embalsamado de D. Pedro I chega na contramão desse processo de independência, o qual, mais uma vez, se impõe à nossa sociedade.

Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, *Marielles*, *malês*. [43]

[42] FANTÁSTICO. *1822 - Uma conquista dos brasileiros*, 4º Ep., min. 11:02. Portal G1, 21 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/08/21/1822-uma-conquista-dos-brasileiros-veja-todos-os-episodios-da-serie-especial-do-fantastico.ghtml>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

[43] FIRMINO, D.; DOMÊNICO, D.; MAMÁ, BOLA, M.; OLIVEIRA, R.; MIRANDA, T. *Histórias para ninar gente grande*. Samba enredo. Rio de Janeiro: G. R. E. S. Estação Primeira de Mangueira, 2019.

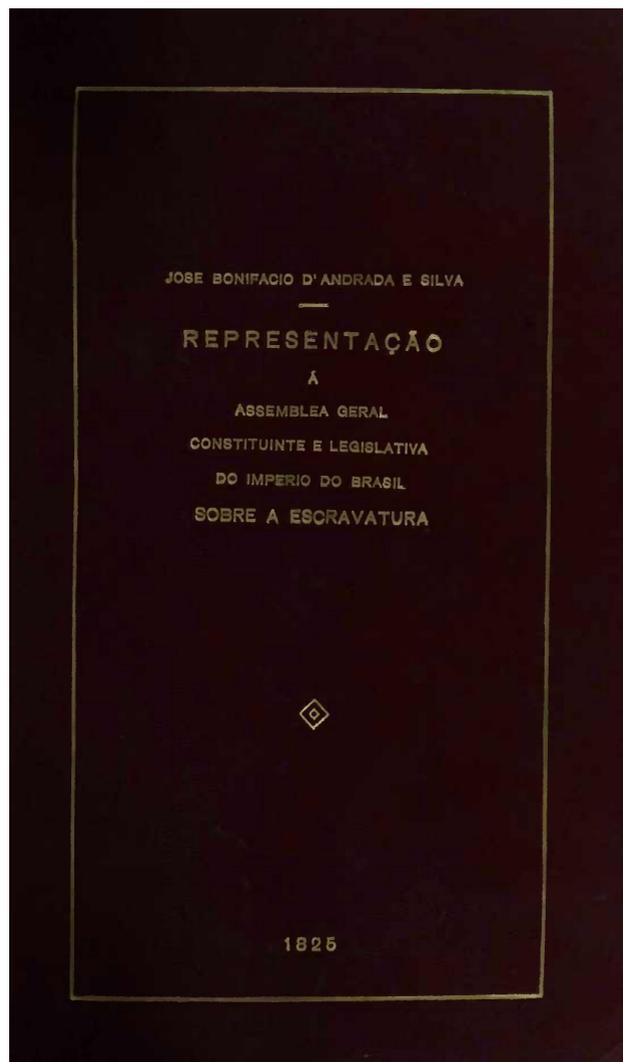


Imagem 4- SILVA, José Bonifácio de Andrada. **Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura.** Paris [França]: Typographia de Firmin Didot, 1825. 40 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4492>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. **Relatório da CPI sobre assassinato de jovens.** Senado Notícias, Brasília, 08 jun. 2016. Online. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/08/em-relatorio-cpi-apresenta-sugestoes-para-acabar-com-genocidio-da-juventude-negra>>. Acesso: em 5 de fevereiro de 2023.

ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. A economia brasileira no Império, 1822-1889. **Texto para discussão Econ PUC-Rio**, Nº. 584, p. 1-7, 2010.

ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. Gosto de memória. **Youtube**, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x57wH2AlcdM&t=1s>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. O Cisco e o Corisco. **Youtube**, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yzPq_002alw&t=10s> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

ALDEIA DE YPUCA - História e tradição oral. Vida na roça. **Youtube**, 5 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TNZrwbPX3j4>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

CARDOSO, V. M. Redes de abastecimento nos Sertões do Macacu século XVIII: tropas de muares, canoeiros, índios, mulatos e escravos. In: Encontro Internacional História & Parcerias, 2, 2019, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: ANPUH RJ, 2019. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570507880_ARQUIVO_1524acf56179625d7211bf0d46f60308.pdf> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

FANTÁSTICO. 1822 - **Uma conquista dos brasileiros**, 4º Ep., min. 11:02. Portal G1, 21 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/08/21/1822-uma-conquista-dos-brasileiros-veja-todos-os-episodios-da-serie-especial-do-fantastico.ghtml>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

FIRMINO, D.; DOMÊNICO, D.; MAMÁ; BOLA, M.; OLIVEIRA, R.; MIRANDA, T. **História para ninar gente grande**. Samba enredo. Rio de Janeiro: G. R. E. S. Estação Primeira de Mangueira, 2019.

FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos à Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. V. 1, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **APA da Bacia do rio São João**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3202>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

LIMA, R. A. Colonos suíços X quilombolas: a resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. **Texto de Discussão Polis - Laboratório de História Econômico-Social**, Nº. 24, p. 1-9, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_24.pdf>

MALHEIROS, M. **Homens da Fronteira** - Índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, Séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.

MARQUES, L. L. Diáspora africana, você sabe o que é? **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53464>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

MELNIXENCO, V. C. **Nova Friburgo 200 anos**: da memória do passado ao projeto de futuro. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2018.

MELO, P. Entre “abusos, usurpações e desacertos”: terras indígenas no Rio de Janeiro, Século XIX. **Almanack**, Nº. 30, p. 1-33, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11662/9626>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2023.

PIZARRO E ARAUJO, J.S.A. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas a’ Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820a.

PIZARRO E ARAUJO, J.S.A. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas a’ Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Tomo V.

Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820b.

VIRAMUNDO, L. **Piratas do Alto Macacu**. Nova Friburgo: Insaciável Martelo, 2018. Digital (3’44”). Disponível em: <<https://soundcloud.com/leoviramundo/piratas-do-alto-macacu>> Acesso em: 9 de fevereiro de 2023.

Manuscritos

Livro de Registros cartoriais do Escrivão de Juízo de Paz do segundo Districto da Parochia de Capivary. Comarca da cidade de Cabo Frio. 1839.

Fontes Cartográficas

LEÃO, Manuel Vieira. **Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro**: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil. 1767. Cartas 7 e 11. 15 cartas ms, desenho a tinta nanquim, 56 x 36. + + 1 f. de rosto ; 40 x 28. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512339/cart512339.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512339/cart512339.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

MASSOW, Hilário. **Estado do Rio de Janeiro**: composto sobre os ultimos mappas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações officiaes. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert, (Leipzig : Est. Art. e Geogr. de C. Opitz), 1892. 1 mapa, col, 68 x 95. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart225708/cart225708.jpg. Acesso em: 13 fev. 2023. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart225708/cart225708.html. Acesso em: 13 fev. 2023.

PENHA, Lauriano José Martins. **Planta da Provincia do Rio de Janeiro : Dezenhada por Lauriano José Martins Penha**. 1830. 1 mapa ms, col, 38 x 54,5cm em f. 41,5 x 67,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart533099/cart533099.jpg. Acesso em: 13 fev. 2023. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart533099/cart533099.html. Acesso em: 13 fev. 2023.

VILLIERS DE L’ILE-ADAM, J. de. **Carta topographica e administrativa da provincia de Rio de Janeiro e do município neutro**: erigida segundo os melhores mapas publicados ate agora: apresentando pela primeira vez os novos municipios S. João, Capivari, Bonito, Saquarema, e Estrella, e o canal quasi acabado de Campos a Macahé.. Rio de Janeiro, RJ: Garnier Irmãos, 1856. 1 mapa, 46 x 57,5cm. em f. 55,5 x 67.



Patrícia Depiné

Arqueóloga, produtora cultural e educadora para Memória e Patrimônio. Proprietária, há mais de 8 anos, do Permacostura - Cultura Têxtil Permanente, empresa que se dedica, a partir da costura e do UpCycling, à arte como ferramenta educativa para o patrimônio e a sustentabilidade através dos Bonecos e Tapetes Contadores de Histórias. Graduada em Oceanografia em 2002 pela Univali, possui especialização em Análise Ambiental pela UFPR e em Geologia do Quaternário pelo MN/UFRJ, ambas com ênfase na arqueologia, área na qual iniciou em 2003. Possui, também, licenciatura em Biologia pela Universidade de Santos. Como pesquisadora e educadora, se dedica ao “Aldeia de Ypuca - História e Tradição Oral”, projeto de registro dos mais de 10 anos de pesquisa sobre a história da região da bacia do rio São João e Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ. Foi membro do Fórum de Cultura Popular e articuladora do grupo Memória e Patrimônio para criação do Conselho Municipal de Cultura de Silva Jardim. Atualmente é membro do Setorial de Cultura de Patrimônio Material e Imaterial do Município de Rio das Ostras.

Sobre as autoras



Taina Mie Seto Soares

Historiadora e Mestre em Ciências Ambientais com foco em Ecoturismo e Conservação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação - PPGEC, do Instituto de Biociências - IBIO da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Bacharel em História Social pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Trabalha em projetos de salvaguarda de patrimônio material e imaterial em parceria com comunidades locais e tradicionais. Desenvolve e participa de projetos e processos políticos de fortalecimento e resistência no contexto de conflitos fundiários e gestão executiva de projetos. É colaboradora do Projeto de Extensão Raízes e Frutos: Uma vivência nas Comunidades Caiçaras da Península da Juatinga do Departamento de Geografia da UFRJ e faz parte do Grupo de Autogestão da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil. Esse é seu terceiro livro publicado.

Este livro foi publicado no verão de 2023 por ocasião dos 200 anos da Independência do Brasil. Foi usada a fonte Merriweather
Designed by Sorkin Type e Impact.



D'apr. nat. par Rugendas.

Lith. de Engelmann, rue de Saint-Montmartre N° 6.

Rugendas et Joly.

SERRA DAS ORGUAS.

Iconografia 14- RUGENDAS, Johann Moritz. Serra das Orguas. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_042.jpg. Acesso em: 12 fev. 2023.

O livro “1822 - O Ano da Independência no Vale do Rio São João” nasceu do desejo de investigar a história dos sujeitos históricos que viveram nesse período e que, em geral, não são apresentados nas narrativas acerca desse momento histórico brasileiro. Para além dos grandes fatos políticos, os quais os relatos oficiais durante séculos apresentaram - o papel das elites urbanas, a influência da aristocracia rural, os membros da família real, entre outros tão conhecidos -, a pergunta que provoca esse trabalho é: *“O que as mulheres e homens que viviam nesse período, em nossa região do vale do rio São João, estavam vivendo nesse momento?”*

#cultura
#presente

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO